

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A GESTÃO DA DEMANDA EFETIVA PELO
ESTADO: DÉFICIT PÚBLICO E DESIGUALDADE**

EDUARDO LEDERMAN RAWET
matrícula nº: 110089439

ORIENTADOR(A): Prof. Denise Lobato Gentil

DEZEMBRO 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A GESTÃO DA DEMANDA EFETIVA PELO
ESTADO: DÉFICIT PÚBLICO E DESIGUALDADE**

EDUARDO LEDERMAN RAWET
matrícula nº: 110089439

ORIENTADOR(A): Prof. Denise Lobato Gentil

DEZEMBRO 2015

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

Dedico este trabalho a todos que ajudaram ao longo dos meus últimos cinco anos. Acima de tudo os anônimos: motoristas de ônibus, serventes, cozinheiros e pessoal de infraestrutura.

“Foi como se o solo debaixo de nossos pés tivesse sido retirado, sem que nenhum fundamento firme, sobre o qual se pudesse construir, estivesse à vista”

(Autobiografia, Albert Einstein, 1949)

“Por que a comunidade científica haveria de ser capaz de alcançar um consenso estável, inatingível em outros domínios? Por que tal consenso há de resistir a uma mudança de paradigma após outra? E por que uma mudança de paradigma haveria de produzir invariavelmente um instrumento mais perfeito do que aqueles anteriormente conhecidos?”

(A Estrutura das Revoluções Científicas, Thomas Kuhn, 1962)

AGRADECIMENTOS

Começo os agradecimentos a toda minha família, essencial para a formação de meus valores, além de terem proporcionado uma base material e intelectual sem a qual seria impossível esta graduação.

Agradeço a Maria Regina, empregada doméstica que há mais de dez anos trata a mim com todo o carinho e dedicação, sem chegar em casa com a comida feita e o quarto arrumado, os percalços para essa formação seriam enormes.

A todos os educadores que tive ao longo desses anos, tanto os formais como os não-formais. Representando todos esses agradeço aos professores: Fernando Carlos, Franklin Serrano, João Cury, Lena Lavinias, Marcelo Paixão, Murilo Cruz, Ronaldo Fiani e Angela Ganem.

O madrich, do hebraico, é aquele que encaminha, que mostra os caminhos, mas não os determina. Por isso, agradeço muito a minha orientadora Denise Gentil pela imensa contribuição não apenas na minha formação, mas na feitura desta monografia. Ao longo de todo esse ano ela me deu as dicas necessárias, entendeu o meu lado, me ouviu e sempre me deu a opção de decisão final.

Agradeço àqueles aos trabalhadores do IE, e os representando destaque: André e Guilherme da xerox, e a Anna Lúcia da secretária.

Na certeza que a educação não se faz apenas de bons professores, eu agradeço aos meus amigos e colegas de faculdade. Foram nas discussões em sala de aula, e fora dela, que grande parte da formação acadêmica ocorreu. Por isso agradeço a Luiz Tornaghi, Camilla Aguiar, Daniel Farina, Julia Soihet, Luisa Guerra, Katherine Kardos, Matheus Sadde, Julia Bustamante, Carlos Takashi, Cristiana de Freitas, Marina Kirschner, Jordão de Andrade, Eduardo Mercadante, Rafael Mansur, Luis Berner, Pedro Lima, Diego Vieira, Daniel Vainfas, Amanda Brasil, João Castilho, Gustavo Andreão, Mateus Labrunie, Luisa Iachan. Agradeço especialmente a Lucas Bressan, amigo para todas as horas, com nossos debates infinitos e trocas de passagens de textos. A sua ajuda em diversas formas foi enorme ao longo desses últimos quatro anos. Sem contar que na realização dessa monografia, cada paragrafo foi debatido, assim como a colocação de cada palavra.

Agradeço aos meus companheiros de BNDES, meus parceiros diários nos últimos dois anos. Eu não tenho a menor dúvida que o meu humor saia revigorado muitas vezes após as idas ao trabalho. Por mais que fosse uma obrigação e tivesse suas partes não tão agradáveis, a forma que eu fui recebido e tratado foi realmente maravilhosa. Por isso agradeço aos meus companheiros de gerencia: Job Rodrigues, Rangel Galinari e Osmar Cervieri. Assim como agradeço a André Terrana, Raphael Piffer, Luiz Sergio Costa e Luana Diehl. Por fim, aos meus amigos estagiários que passaram pelo departamento ao longo desse período: Carlos Takashi, Helena Menezes, Karine Vieira, Juliana, Raysa Vital, Camila Peixoto, Matheus Mota; e Felipe França.

Quase no final, mas não menos importante, agradeço aos grandes amigos desde os que conheço faz muito tempo, e portanto foram decisivos para eu ser quem eu sou, mas também àqueles que conheço faz não muito, mas na certeza que a amizade não acabará. Portanto

agradeço a: Pedro Gomlevsky, Pedro Fonini, Alexandre Fonseca, Vinicius Leite, Joaquim (Kiko) Porto, André Schechter, Daniel Chut, Felipe Marcel, Germano Zaicaner, Aimee Porto, Juliana Muniz, Beatriz Frenkel, Fernanda Gomes, Henrique Nirenberg, Richard Sihel, Fernanda Gomes e Anna Gouveia.

Finalmente, de fundamental importância ao Povo Brasileiro. Estudei em uma Universidade Pública e de qualidade graças aos impostos pagos por todo brasileiro, principalmente os mais pobres. Espero poder algum dia retribuir de forma devida esse esforço.

RESUMO

LEDERMAN RAWET, EDUARDO. DÉFICIT PÚBLICO: POR UMA ABORDAGEM HETERODOXA. Rio de Janeiro, 2015. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Esse trabalho tem como objetivo mostra a existência de uma abordagem heterodoxa acerca do déficit público. Para tal, foram utilizados como referenciais três grandes pensadores heterodoxos: Michael Kalecki, John Maynard Keynes e Piero Sraffa. Dessa forma, apresentou-se em linhas gerais o modelo desenvolvido por cada um dos autores, assim como o impacto que o déficit público tem no crescimento, no nível de emprego e na desigualdade. Além disso, para o primeiro autor, este trabalho disserta sobre a questão da dificuldade política do pleno emprego, para o segundo sobre os objetivos do déficit e, para o terceiro sobre a dinâmica de crescimento da relação dívida/produto. Conclui-se que o uso da abordagem heterodoxa, utilizando-se pensadores críticos a Lei de Say, é uma possibilidade alternativa na formulação de políticas públicas. Assim, se entenderá que por um prisma heterodoxo, que o déficit público é positivo para as taxas de crescimento, assim como para o nível de emprego. Quanto à redução desigualdade, o déficit público é positivo para os dois primeiros autores.

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| CAPÍTULO I – A ABORDAGEM DE MICHAEL KALECKI | 13 |
| I.1 O Modelo Kaleckiano | 13 |
| I.2 - Os determinantes do investimento e o ciclo econômico | 14 |
| I.3 - O Déficit Público | 16 |
| I.4 - Desigualdade..... | 19 |
| I.5 - Considerações adicionais..... | 22 |
| CAPITULO II – A ABORDAGEM DE JOHN MAYNARD KEYNES | 25 |
| II.1 - O Modelo Keynesiano | 25 |
| II.2 - O Investimento e os seus Determinantes..... | 27 |
| II.3 - A Crise e o Déficit..... | 32 |
| II.4 - Desigualdade | 35 |
| II.5 - Considerações Adicionais | 36 |
| CAPÍTULO III – A ABORDAGEM DE PIERO SRAFFA..... | 38 |
| III.1 - O modelo sraffiano..... | 38 |
| III.2 -Investimento e o nível de utilização de capacidade | 40 |
| III.3 - O déficit público | 42 |
| III.4 – Desigualdade | 45 |
| e) Considerações adicionais | 45 |
| Conclusão | 49 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS | 53 |

INTRODUÇÃO

Tomas Kuhn (1987[1962]) tratou de como a ciência se comporta através de paradigmas, definidos por ele como modelos ou padrões aceitos. As escolas nas ciências, ou comunidades, abordam o mesmo objeto científico. Em tais comunidades científicas os membros “veem a si próprios e são vistos pelos outros como os únicos responsáveis pela perseguição de um conjunto de objetivos comuns” (Kuhn, 1987[1962], p. 221).

Ao contrário do sustentado por outros autores, tal como Karl Popper (1972[1963]), a formação das comunidades científicas não provêm da cumulatividade das teorias antigas. Os paradigmas antigos são abandonados sem qualquer padrão exterior, sendo o novo totalmente incompatível com o antigo. Kuhn entende que há uma incomensurabilidade entre as teorias. Portanto, a competição entre elas através do debate de ideias é vista como uma impossibilidade.

A questão em torno da incomensurabilidade dos paradigmas é que o debate sobre a escolha dentre eles é necessariamente circular, ou seja, utiliza-se o “próprio paradigma para argumentar em favor desse mesmo paradigma”(Kuhn, 1987[1962], p. 128). Sobre essa questão Kuhn descreve que “quando duas escolas científicas discordam sobre o que é um problema e o que é uma solução, elas inevitavelmente travarão um dialogo de surdos ao debaterem os méritos relativos dos respectivos paradigmas.”(Kuhn, 1987[1962], p. 144).

A forma pela qual o cientista de um paradigma enxerga o mundo é totalmente diferente do de outro paradigma. Isso ocorre porque ele realiza a sua observação de acordo com o que a sua experiência conceitual o ensinou a ver. A linguagem neutra seria uma opção, contudo a introdução da mesma parece não ter mais esperança, uma vez que “nenhuma das tentativas atuais conseguiu até agora aproximar-se de uma linguagem de objetos de percepção puros, aplicável de maneira geral” (Kuhn, 1987[1962], p. 162).

Kuhn então se pergunta o porquê dos estudantes e profissionais aceitam tão passivamente os paradigmas, os considerando como verdades irrefutáveis. A primeira resposta é que os estudantes “aceitam as teorias por causa da autoridade do professor e dos textos e não devido às provas” (Kuhn, 1987[1962], p. 111). Estes textos, denominados de manuais, contam muito pouco da história, com referências dispersas, mas ainda assim “os

estudantes como os profissionais sentem-se participando de uma longa tradição histórica” (Kuhn, 1987[1962], p.175).

A forma como os manuais apresentam as teorias fazem crer que a história de sua ciência ocorreu através de um desenvolvimento linear e que o ponto final seria a ciência do presente. Essa forma de construção é uma tentativa equivocada de tentar escrever a história a partir do presente.

Kuhn, então conclui:

“Os manuais, por visarem familiarizar rapidamente o estudante com o que a comunidade científica contemporânea julga conhecer, examinam as varias experiências, conceitos, leis e teorias da ciência normal em vigor tão isolada e sucessivamente quanto possível. Enquanto pedagogia, essa técnica de apresentação esta acima de qualquer critica. Mas, quando combinada com a atmosfera geralmente a-histórica dos escritos científicos e com as distorções ocasionais ou sistemáticas examinadas acima, existem grandes possibilidades de que essa técnica cause a seguinte impressão: a ciência alcançou seu estado atual através de uma serie de descobertas e invenções individuais, as quais, uma vez reunidas, constituem a coleção moderna dos conhecimentos técnicos. O manual sugere que os cientistas procuram realizar, desde os primeiros empreendimentos científicos, os objetivos particulares presentes nos paradigmas atuais. Num processo frequentemente comparado a adição de tijolos a uma construção, os cientistas juntaram um a um os fatos, conceitos, leis ou teorias ao caudal de informações proporcionado pelo manual científico contemporâneo. Mas não e assim que uma ciência se desenvolve.”(Kuhn, 1987[1962], p. 178)

A incomensurabilidade dos paradigmas acarreta no que Kuhn chama de necessidade da fé no candidato escolhido. Esta escolha não precisa ser baseada racionalmente e nem a correta. A questão principal é que os cientistas ‘ sintam ’ que é a do caminho certo.

O problema nos paradigmas é que, entre outros, o custo da defesa de algo que em última instancia é baseado na fé é muito elevado. A ciência muitas vezes, suprime opiniões divergentes que se aproximam mais da realidade porque sua consequência subverteria os compromissos básicos do paradigma. Em muitos casos a solução que os cientistas encontram é a de tentar “forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos pelo paradigma” (Kuhn, 1987[1962], p. 45).

A forma como o déficit público é tratado na economia é uma teoria dentro do paradigma vigente. Este paradigma (dominante) compreende que o déficit público pode acarretar quatro tipos de problemas. O primeiro é que o déficit eleva os juros para o governo poder induzir o público e os bancos a comprarem seus títulos e, tal elevação reduz o investimento privado, tendo efeitos negativos no progresso técnico e na formação bruta de capital fixo. O segundo é que a dívida se elevaria continuamente fazendo com que os tributos

também tivessem que, de toda forma, se elevar no futuro para que a dívida fosse paga. O terceiro diz respeito à queda no crédito disponível para o setor privado, devido a redução dos fundos emprestáveis dos bancos comerciais como resultado dos empréstimos ao governo. Por fim, o déficit público elevaria a inflação por ampliar a demanda agregada. Portanto, o déficit público não acarretaria os efeitos positivos na renda e emprego da economia, e ainda teria os efeitos negativos da inflação, redução do progresso técnico e elevação dos impostos. Em função de todos esses supostos impactos, o mais recomendável seria fazer uma política fiscal de orçamento equilibrado.

No caso do Brasil, contudo, busca-se, através do seu sistema legal sedimentar de vez a existência do paradigma ortodoxo na aplicação da política pública. Mesmo que um paradigma alternativo concorra com o dominante, duas leis, uma já aprovada e outra em processo de tramitação defendem a execução do déficit público. A primeira delas, que será abordada em seguida, utilizada como fonte em 2015 de um processo de impeachment da presidenta da república.

A “Lei de Responsabilidade Fiscal” (LRF) em seu artigo 1º é clara ao dizer que seu objetivo é estabelecer “normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”. Entre essas responsabilidades elenca-se: “a garantia de equilíbrio nas contas, via cumprimento de metas e resultados entre receitas e despesas”(Nascimento e Debus, 2001, p. 10), assim como a “obrigatoriedade de obtenção de superávit primário para redução do excesso (da dívida)” (Nascimento e Debus, 2001, p. 56). Já o Projeto de Resolução do Senado nº 84 busca fixar um limite para a Dívida Consolidada Líquida da União em valor equivalente a 2,2 vezes a Receita Corrente Líquida da União(RLC), enquanto que a Dívida Consolidada Bruta da União deve ser no máximo 4,4 da RLC.

O próprio Thomas Kuhn considerava esse tipo de artifício inexistente, uma vez que

“(u)ma das leis mais fortes, ainda que não escrita, da vida científica é a proibição de apelar a chefes de Estado ou ao povo em geral, quando está em jogo um assunto relativo a ciência. O reconhecimento da existência de um grupo profissional competente e sua aceitação como árbitro exclusivo das realizações profissionais possui outras implicações. Os membros do grupo, enquanto indivíduos e em virtude de seu treino e experiência comuns, devem ser vistos como os únicos conhecedores das regras do jogo ou de algum critério equivalente para julgamentos inequívocos. Duvidar da existência de tais critérios comuns de avaliação seria admitir a existência de padrões incompatíveis entre si para a avaliação das realizações científicas. Tal admissão traria inevitavelmente a baila a questão de se a verdade alcançada pelas ciências pode ser una.” (Kuhn, 1987[1962],p. 211)

A opção de negar o paradigma vigente que está em consonância com as leis anteriormente apresentadas necessita da existência de uma opção viável para substituí-lo.

Contudo, diferentemente como Popper entendia, a substituição não ocorre através da falsificação de teorias. A transição de um paradigma para outro, como dito anteriormente, não se dá de uma forma cumulativa. O necessário, ainda que não suficiente, para abandonar um paradigma é que alguns dos praticantes do vigente desertem, dando ponto de apoio às revoluções científicas.

Whitehead captou a questão a-histórica da comunidade científica ao escrever que “(a) ciência que hesita em esquecer seus fundadores está perdida”. Ainda que esta afirmativa não seja totalmente verdadeira, o que ocorreu na prática foi um esquecimento dos trabalhos, mas não necessariamente dos homens que produziram. Kuhn sintetizou essa questão:

“Quando a comunidade científica repudia um antigo paradigma, renuncia simultaneamente a maioria dos livros e artigos que o corporificam, deixando de considerá-los como objeto adequado ao escrutínio científico. A educação científica não possui algo equivalente ao museu de arte ou a biblioteca de clássicos. Dai decorre, em alguns casos, uma distorção drástica da percepção que o cientista possui do passado de sua disciplina. Mais do que os estudiosos de outras áreas criadoras, o cientista vê esse passado como algo que se encaminha, em linha reta, para a perspectiva atual da disciplina. Em suma, vê o passado da disciplina como orientado para o progresso. Não terá outra alternativa enquanto permanecer ligado a atividade científica.” (Kuhn, 1987[1962], p. 208)

O ideal de progresso autêntico é o que norteia a ignorância daqueles que estão inseridos no paradigma vigente. O grupo vencedor, e que portanto, escreve a história, não irá construí-la como uma possível derrota. O resultado da revolução científica é visto como o correto. Contudo, “o paradigma mais antigo pode ser rearticulado para enfrentar esses desafios da mesma forma que já enfrentou outros anteriormente” (Kuhn, 1987[1962], p. 197)

Considerando o anteriormente apresentado, o objetivo deste trabalho, então, não é o de falsear ou criticar o paradigma atual, nem de melhorá-lo em busca de um suposto progresso histórico. A ortodoxia econômica encontra na maioria dos centros acadêmicos uma enorme popularidade. A mesma também está incrustada no Estado brasileiro, através, por exemplo, da já mencionada Lei de Responsabilidade Fiscal.

A finalidade desta monografia é mostrar um paradigma alternativo, fora do vigente, um paradigma, portanto, heterodoxo – fora da crença comum. A pergunta a que esse trabalho se propõe a responder é se dentro deste paradigma heterodoxo a questão do déficit público tem conclusões diferentes daquelas apresentadas nos modelos liberal-ortodoxos e que pautam as leis apresentadas anteriormente. Se essas teorias buscam negar qualquer tipo de benefício no déficit público, aqui, ao contrário serão ilustradas teorias que veem esse déficit de um ponto de vista positivo.

Para isso, este trabalho será dividido em três capítulos, além da introdução e da conclusão. Cada capítulo tratará de uma abordagem diferente dentro do paradigma da heterodoxia econômica, em que cada um destes trará seus pressupostos e suas conclusões, o que denota uma diferença intrínseca entre eles, por mais que possuam grandes semelhanças. Tais equivalências que permitam que sejam colocados dentro do que foi chamado do paradigma da heterodoxia.

O primeiro capítulo tratará da abordagem de Michael Kalecki, o segundo capítulo apresentará a interpretação de John Maynard Keynes e o terceiro capítulo apontará o pensamento de Piero Sraffa. Diferentemente do paradigma vigente, que tem uma abordagem a-histórica e que esquece o que os seus fundadores formularam, essa monografia buscará ser a mais radical possível, portanto indo às fontes originais de cada abordagem. Esse objetivo foi plenamente atendido nos dois primeiros capítulos, como poderá ser percebido nas citações utilizadas. Apenas no terceiro capítulo esse intuito não poderá ser plenamente satisfeito, devido, em sua maior parte, a pouca amplitude do trabalho estritamente desenvolvido por Sraffa no que diz respeito à análise da política fiscal, o que foi resolvido recorrendo-se a autores contemporâneos que analisam a política macroeconômica dando sequência (e ampliando) a linha investigativa sraffiana.

Cada capítulo seguirá a mesma estrutura. A primeira seção mostrará de forma geral como é a fundamentação do modelo da abordagem em questão. A segunda apresentará a variável investimento dentro desse modelo, assim como seus determinantes. A terceira, que é o grande propósito desse trabalho, evidenciará a importância do déficit público para o pleno funcionamento do modelo analisado, assim como se esse é um elemento decisivo ou não para o nível do investimento. A quarta denotará os impactos que o déficit público acarreta no trato da desigualdade social. Por fim, a quinta seção apontará as questões adicionais que a abordagem apresenta sobre o tema do déficit público.

CAPÍTULO I – A ABORDAGEM DE MICHAEL KALECKI

I.1 O Modelo Kaleckiano

Michael Kalecki (1977[1954]) em seu modelo simplificado¹ divide a economia em três departamentos: O departamento I produz os bens de capital, o departamento II os bens de consumo dos capitalistas, e por fim, o departamento III produz os bens de consumo dos trabalhadores. Partindo do pressuposto que a produção desses departamentos é de bens finais, pode-se concluir que a renda (produto) do agregado da economia é igual à soma da produção de cada um desses departamentos.

Kalecki supõe que os trabalhadores não fazem poupança. Dessa forma, o gasto total dos trabalhadores é igual à soma total dos salários na economia. Como os bens são finais, o gasto dos trabalhadores é consumido pelo que é produzido pelo departamento III. Dessa forma, chega-se a uma primeira igualdade na determinação da renda. O valor total produzido pelo departamento III é igual à soma de salários da economia.

Há ainda uma forma alternativa de se determinar o valor total da renda (produto). Pode-se compreender que o seu valor é igual à soma dos salários e dos lucros². Assim, a soma da produção dos três departamentos é contabilmente igual à soma dos salários e lucros. Uma vez que os salários são iguais a produção do departamento III, resta uma segunda igualdade: o lucro deve ser igual a soma da produção dos departamentos I e II.

Assim, os lucros são “em outras palavras, o valor da produção de bens de capital e de consumo para os capitalistas”(Kalecki, 1977[1954], p. 67). Visto que os capitalistas não podem decidir o quanto irão lucrar, é a decisão dos seus gastos que define o lucro³. Destarte, “o consumo e o investimento dos capitalistas, em conjunto com os ‘fatores de distribuição’ determinam (...) a produção e o emprego em escala nacional.” (Kalecki, 1977[1954], p. 67). Dessa forma, como é o dispêndio que decidirá o tamanho da produção, pode-se perceber que

¹ Gastos do setor público e tributações desprezíveis, assim como o comércio exterior.

² Kalecki expõe que o produto é igual à renda dos trabalhadores mais a renda dos capitalistas. O primeiro inclui os salários e os ordenados. O segundo se refere aos lucros brutos, englobando a depreciação, lucros não distribuídos, dividendos e saques operacionais, aluguéis e juros. Contudo, para simplificação foi dito apenas salários e lucros.

³ “O que significa essa equação? Quer dizer que os lucros em um dado período determinam o consumo e o investimento dos capitalistas? Ou o contrário? A resposta depende de qual dos itens estiver diretamente sujeito às decisões dos capitalistas. Ora, é claro que os capitalistas podem decidir consumir e investir mais num dado período que no precedente, mas não podem decidir ganhar mais. Portanto, são suas decisões quanto a investimento e consumo que determinam os lucros e não vice-versa.”

Kalecki está vinculado aos economistas que baseiam a sua economia ao Princípio da Demanda Efetiva.⁴

Deve-se ressaltar, contudo, qual é o real papel que cada um desses departamentos (I e II) desempenham na determinação do lucro dos capitalistas. Para o autor:

“O número de determinantes dos lucros (reduz) de dois para um, devido a levar em consideração a dependência do consumo dos capitalistas para com os lucros passados. Os lucros (...) são determinados completamente pelo investimento, achando-se envolvido um certo hiato temporal.” (Kalecki, 1954, p. 74-75)

Finalmente, Kalecki constrói uma relação algébrica de determinação da distribuição de renda e a produção da economia⁵. Partindo-se dessa equação, pode-se perceber que há dois fatores essenciais para a determinação da renda da economia. O primeiro é o valor da taxa de lucros, e o segundo é a participação dos salários na economia. Para ambos os fatores, quanto maior o seu valor, maior será a renda. Quanto ao primeiro fator, destaca-se, que como dito anteriormente, a real análise deve-se concentrar sobre o valor dos investimentos, pois são estes que determinam o valor dos lucros.

Há ainda outro ponto para acrescentar da relação entre o investimento e a renda da economia. A partir da análise dinâmica, um aumento do investimento aumenta mais que proporcionalmente a renda. Esse fato ocorre porque um aumento do investimento tem efeitos indiretos: um acréscimo do consumo dos trabalhadores e dos capitalistas.

I.2 - Os determinantes do investimento e o ciclo econômico

A partir do que foi desenvolvido anteriormente, deduz-se que a variável investimento é muito importante para a economia. Por isso, o autor acrescenta para a sua teoria dois aspectos do investimento: sua determinação e forma de variação no longo prazo.

Kalecki acredita que são basicamente três os fatores⁶ que determinam o valor dos investimentos. Dois tem efeito positivo, isto é, a taxa de investimento tem relação crescente com esses fatores, e um tem efeito negativo, tendo, portanto uma relação decrescente entre o investimento e esse fator. O primeiro diz respeito à ‘poupança interna do capital’. Essa poupança não se restringe aquilo que a empresa reteve em seu caixa. O autor entende que a

⁴ Este Princípio será melhor abordado no próximo capítulo.

⁵ $Y_t = \frac{P_t + B}{1 - \alpha}$, em que P_t é o valor dos lucros; B é uma constante; e α é a participação dos salários na renda.

⁶ A ausência da taxa de juros dentre esses fatores é explicada pelo autor a não flutuação nítida da mesma no longo prazo.

poupança, que contribui positivamente para o investimento, é a poupança bruta, incluindo aquilo que as empresas conseguem captar nos mercados de capitais. O segundo fator proposto é a variação da taxa de lucros. Um aumento da taxa de lucros resulta em projetos mais atrativos, o que amplia a decisão por novos investimentos. O terceiro fator é a acumulação de capital. Com a entrada de novas firmas em uma indústria, aquelas já estabelecidas tendem a ter menores decisões de investimento.

O ciclo de determinação do investimento é baseado nesses três fatores. Kalecki (1977[1935]) supõe, por exemplo,⁷, uma situação em que a economia está em um nível muito baixo de atividade econômica, portanto, no fundo da depressão. Nesta situação o investimento é inferior à depreciação, ou seja, como exposto anteriormente, há uma queda na acumulação de capital. Uma vez que este fator é inversamente proporcional à variação do investimento, a taxa deste componente se eleva. Esse aumento de investimento aumenta mais que proporcionalmente a renda pelos efeitos explicitados na parte anterior. O aumento geral da produção eleva os lucros, um dos fatores que tem efeitos positivos sobre o investimento. Assim, pelos dois dos fatores o investimento se eleva.

Contudo, em determinado momento o nível de investimento se torna superior à taxa de depreciação, isto é, há um aumento da acumulação de capital. A partir desse ponto, a determinação do nível de investimento passa a operar com os fatores agindo em direções opostas. Assim, o investimento só continua o seu processo de crescimento enquanto o impacto positivo do aumento dos lucros é superior ao impacto negativo do capital instalado. Quando ambos se igualam, é o ponto do auge do processo de expansão do investimento.

O aumento do investimento durante toda a fase ascendente do ciclo causa, entretanto, um efeito perverso. O impacto inicial de curto prazo de aumento da demanda, e por consequência dos lucros, aumenta o investimento, aumentando a capacidade instalada. Assim, no longo prazo os incentivos para o investimento se reduzem, uma vez que a sua rentabilidade se deprimem. Assim, o investimento que nas fases anteriores do ciclo crescia a taxas cada vez maiores continua tendo crescimento positivo, contudo em desaceleração .

Por fim, o ciclo alcança a última parte. Isso ocorre a partir do momento em que o investimento novamente se iguala à depreciação. Nesta fase, ao contrario da anterior que a

⁷ Como é um ciclo, para fins didáticos o ponto de começo não é relevante. Em Kalecki (1977[1954]) o autor introduz a explicação partindo do ponto em que o investimento é igual a depreciação, mas está em situação ascendente.

mesma igualdade ocorreu, a taxa de investimento decrescendo. Portanto, o investimento se torna, em seguida inferior à depreciação. Assim, exatamente no movimento inverso ao da primeira fase do ciclo, ocorre uma aceleração do decrescimento do investimento, ao reduzir a renda e portando o consumo dos capitalistas e dos trabalhadores. Esse processo se acentua até o momento que o capital instalado destruído na fase de queda no investimento compensa o que foi acumulado na fase ascendente. Assim, o ciclo chega à fase de depressão, reproduzindo todo o modelo anteriormente descrito.

Kalecki conclui então qual é a consequência do ciclo do investimento:

“Fica claro dessa forma que as flutuações do grau de utilização do equipamento são de uma ordem semelhante às do montante da produção. Uma proporção considerável dos equipamentos fica ociosa na depressão. Mesmo em termos médios, o grau de utilização durante o ciclo econômico será substancialmente inferior ao máximo atingido durante o período de prosperidade. As flutuações da utilização da mão-de-obra disponível ocorrem paralelas às da utilização do equipamento. Não só ocorre desemprego em massa durante a depressão, como também o nível de emprego médio durante o ciclo se apresenta consideravelmente abaixo do máximo atingido na fase de prosperidade. A reserva de equipamentos e o exército industrial de reserva são características típicas da economia capitalista durante uma parte considerável do ciclo.” (Kalecki, 1977[1954]. p. 154-155)

Ele volta a afirmar que:

“Encontramos aqui um dos notáveis paradoxos do sistema capitalista. A ampliação do equipamento do capital, isto é, o aumento da riqueza nacional, contém a semente de uma depressão no curso da qual a riqueza adicional se comprova apenas potencial. Porque parte considerável do capital permanece ociosa e somente torna-se útil na próxima recuperação.” (Kalecki, 1977[1935], p. 26-27)

I.3 - O Déficit Público

Ao apresentar o modelo Kaleckiano da parte anterior, este foi denominado de simplificado. Essa simplificação restringia a economia em uma situação que apresentava gastos públicos e balança comercial equilibrados. A seguir serão desenvolvidas quais as consequências do relaxamento dessas hipóteses.

Kalecki (1977[1954]), ao apresentar o caso genérico, concluiu que os lucros deduzidos dos impostos são iguais ao investimento mais o saldo da balança comercial, o déficit orçamentário, o consumo dos capitalistas, reduzindo-se a poupança dos trabalhadores⁸. O saldo comercial positivo indica, por definição, que o país recebe mais pelas suas exportações

⁸ Percebe-se que esta relação é equivalente a anterior, retirando-se a hipótese de déficit público, equilíbrio na balança comercial e consumo dos trabalhadores igual ao seu salário. Incluindo essas hipóteses, os lucros são iguais ao investimento mais o consumo dos capitalistas.

que paga pelas suas importações, significando um lucro maior para os produtores nacionais. O mesmo raciocínio é indicado para o déficit público. Nesse caso, o setor privado recebe mais do que paga em impostos. Assim, em ambos os casos o efeito é positivo, similar ao investimento privado.

Dessa forma, a determinação da renda da economia também deve ser modificada quando as hipóteses são relaxadas. Assim, se anteriormente apenas o investimento⁹ determinava o produto, no caso genérico, a balança comercial e o déficit público também têm efeitos positivos sobre o produto e o nível de emprego da economia.

A partir do relaxamento¹⁰ do orçamento público equilibrado que Kalecki (1944) busca solucionar o problema apresentado no final da parte anterior. Como o próprio nome do artigo indica, o autor apresenta três possíveis caminhos para alcançar o pleno emprego: dispêndio em investimentos públicos ou em subsídios ao consumo popular (déficit público); a redistribuição de renda e o investimento privado. O primeiro será visto a seguir, o segundo na próxima parte, e o último nas considerações adicionais.

No auge do ciclo do investimento observava-se um problema: o investimento não conseguia se manter no nível de pleno emprego porque a rentabilidade da firma caía. Para Kalecki, o déficit público busca solucionar essa questão. O gasto público é equivalente à existência de um poder de compra adicional¹¹ que não estava presente no modelo simplificado. Kalecki exemplifica:

“Nesse caso, o efeito direto da intervenção governamental será sentido nas indústrias de bens de consumo. Somente depois de algum tempo, quando a rentabilidade dessas indústrias as induzir a investir, a prosperidade será compartilhada pelas indústrias de bens de investimento. Essa maior atividade de investimento financiada pela criação de poder de compra sustentará a recuperação econômica, que assim continuará mesmo depois de desaparecerem os déficits orçamentários. (...) Assim, depois de algum tempo, o investimento privado “encampa” o investimento público: a prosperidade ‘artificial’ é substituída por uma ‘natural’ (Kalecki, 1977[1935], p. 28)

Há ainda três considerações que Kalecki (1944) aborda sobre o déficit público: de onde o dinheiro vem, o encargo da dívida e o impacto sobre o investimento privado.

⁹ Assim como a distribuição na economia.

¹⁰ Todos os modelos necessitam de hipóteses para serem formulados. O relaxamento dessa hipótese não indica o não aparecimento de outras. Por isso, no modelo se abstrai o problema da mobilidade de mão de obra e a jornada de trabalho é variável dentro de certos limites.

¹¹ Assim como o superávit na balança comercial.

Como dito anteriormente, os lucros são iguais à soma do investimento, o déficit orçamentário e o consumo dos capitalistas¹². Subtraindo de ambos os lados da equação o consumo dos capitalistas, chega-se a igualdade entre a poupança e a soma do investimento com o déficit público. Como as decisões são de gasto e não de ganho, qualquer variação nos fatores da soma produzirá um aumento da renda no montante igual. Assim, “o déficit orçamentário sempre se financia a si mesmo, isto é, o seu aumento sempre provoca tal elevação nas rendas e mudanças na sua distribuição que isso aumenta as poupanças exatamente na medida para financia-lo” (Kalecki, 1944)

Kalecki (1944) entende que há dois mal entendidos sobre o encargo da Dívida Pública. O primeiro é que o juro sobre a Dívida Pública não pode ficar sob responsabilidade de toda a sociedade uma vez que ele é uma forma de transferência interna de recursos. O efeito esperado dos déficits fiscais e, portanto, do crescimento da Dívida é uma elevação da taxa de crescimento da renda. Dito isso, por mais que a Dívida em termos absolutos se eleve, a carga tributária em termos absolutos também se elevará com um aumento da produção. Assim, a ideia de que a alíquota da carga tributária teria que, necessariamente, se elevar é o segundo mal entendido.

Contudo, por mais que essa alíquota não se eleve, é preciso determinar qual a forma ideal de organização do sistema de tributário a fim de não haver perturbação no produto e no emprego. A primeira opção é um tributo anual sobre o capital. Uma vez que este é pago sobre qualquer tipo de riqueza, seja dinheiro, empresas ou empréstimos, não haverá mudança na rentabilidade relativa devido a esse tipo de imposto. Assim, o investimento não sofrerá mudanças. A segunda opção poderia ser um imposto de renda. Entretanto, esse tipo de imposto reduz a taxa de lucro líquida desincentivando o investimento¹³. Kalecki (1944) propõe um imposto de renda modificado, que seria aplicado sobre renda bruta, isto é, antes de calculada a depreciação. Assim, a taxa de lucro não se alteraria, conservando o valor do investimento.

¹² Novamente, mantém-se a hipótese de balança comercial equilibrada e trabalhadores sem poupança.

¹³ Kalecki (1977[1937]) considera que mesmo um imposto de renda (que sobre a renda dos capitalistas) poderá ter efeitos expansivos. Para chegar a essa conclusão, Kalecki entente que “(1) a taxa de investimento não muda imediatamente, porque ela resulta em decisões de investimento prévias, que requerem, para serem concluídas, um certo período de tempo não muito curto. (2) a propensão a consumir dos capitalistas é insensível às expectativas de mudança na renda, e é somente a real elevação (ou queda) da renda pode reduzi-los a aumentar (ou reduzir) seu padrão de vida” (Kalecki, 1977[1937], p. 64). Assim, ao não modificar o consumo nem o investimento dos capitalistas e acrescentar a despesa do Estado, o emprego se eleva.

Para compreender o impacto sobre o investimento privado, devem-se reexaminar os determinantes do investimento citados anteriormente: a poupança interna do capital, a variação na taxa de lucros e a acumulação do capital. Contudo, como já observado, o modelo construído tinha algumas hipóteses necessárias. Tais hipóteses implicavam que as taxas de juros não teriam flutuações nítidas no longo prazo. Com o relaxamento do pressuposto de que não há déficit público a questão sobre a invariabilidade da taxa de juros reaparece. Se a taxa de juros se mantiver invariável, isto é, estável do mesmo modo que no modelo simplificado, o investimento privado não se reduzirá em consequência do déficit público. A resposta dada por Kalecki é que possível ela se manter constante desde que haja uma política bancária adequada (expansionista).

“Podemos assim concluir que, desde que o Banco Central expanda a base de caixa dos bancos privados conforme a demanda pelos depósitos bancários e que o governo emita obrigações de longo e médio prazos, tanto a taxa de juros de curto prazo quanto a de longo prazo podem ser estabilizadas, qualquer que seja o montante do déficit orçamentário.” (1944)

I.4 - Desigualdade

Kalecki ao tratar da questão da desigualdade busca entender como ocorre a distribuição da produção nacional. Como, simplificada, a renda é dividida em salários e lucros, ao se determinar a participação do primeiro na renda, automaticamente se indica como se distribui a renda da economia. O autor conclui que esta participação é determinada pelo grau de monopólio da economia; pela relação entre os preços das matérias produzidas e seu custo de salários por unidade; e a composição industrial.

O primeiro justifica-se pela formação de preços. Se em uma economia há um alto grau de monopolização, as firmas tem a capacidade de venderem seus produtos a preços maiores. Dessa forma obterão lucros maiores, reduzindo a participação dos salários na renda. O preço das matérias primas tem uma relação direta com os salários. Como grande parte do consumo dos trabalhadores ocorre em produtos com alta percentagem de matérias primas, um aumento de salários teria como consequência um aumento do preço das matérias primas. Contudo, a indústria de matérias primas tem a característica de ter uma oferta inelástica no curto prazo. Portanto, um aumento do preço das matérias primas em relação ao dos salários, aumenta mais os lucros que os salários. Por fim, Kalecki entende que o setor manufatureiro é o que tem a maior parcela de salários na sua composição. Assim, quanto maior é a participação desse setor na composição industrial, maior será a parcela de salários na renda.

Como abordado anteriormente, o ciclo de investimento desenvolvido por Kalecki demonstra o caráter paradoxal do sistema capitalista. Na fase de ascensão do ciclo chega-se ao pleno emprego, contudo o auge do investimento é curto, causando o fim do pleno emprego. Como o objetivo desta parte é entender as consequências do déficit público para a desigualdade, é preciso antes, analisar quais as consequências para a desigualdade em uma economia com ausência do déficit.

Pode-se utilizar, por exemplo, o caso estudado¹⁴ pelo autor da Grande Depressão nos EUA. O estudo se dividiu em duas partes. A primeira supôs irrealisticamente, que a composição industrial se manteve estável durante o período da Depressão, enquanto a segunda utilizou os dados originais. Dessa forma, a diferença entre as duas é que a segunda incluiu o terceiro fator na determinação da parcela dos salários no valor agregado.

Durante um processo de depressão, como visto na abordagem dos ciclos, ocorre uma queda na quantidade de firmas em uma indústria. Esse processo acontece devido à queda da demanda, reduzindo assim a capacidade de algumas indústrias de se manterem no mercado. Com a saída dessas firmas a economia passa a conviver com graus cada vez superiores de monopólio, que tem como efeito reduzir a parcela do salário na renda.

Contudo, na direção oposta, a queda na demanda tem como efeito reduzir o preço dos produtos primários. Supondo uma estabilidade dos salários nominais, a relação desse preço em relação aos salários cai. Dessa forma, passa a existir uma tendência de aumento da participação dos salários na renda.

A intensidade de cada um desses fatores determinaria qual direção tomaria a participação dos salários na renda. Os valores observados¹⁵ revelam uma estabilidade nessa participação, uma vez que esta era 36,2% em 1929 e em 1933 era de 36,4%. Contudo, ao não ignorar a mudança na composição industrial, há mais um fator cuja tendência é de reduzir a participação do salário na renda. Os dados originais revelam então, 36,2% em 1929 e 35% em 1933.

Os dados de recuperação econômica, entretanto, mostram uma tendência contrária àquela vista na grande depressão. Mantendo constante a composição industrial essa participação era de 38,8% enquanto que alterando esse valor seria pouco inferior, de 38,6%.

¹⁴ Kalecki (1977[1954]).

¹⁵ Supondo composição industrial estável.

Ambos os dados, corroboram a afirmativa de que em um processo de crescimento e recuperação economia há uma tendência de elevar a participação dos salários na renda.

O motivo apresentado pelo autor é descrito na mesma obra, contudo mais elaborado no artigo de 1971¹⁶. Quando existe uma assimetria de pressão¹⁷ entre as firmas e os sindicatos em favor das primeiras, qualquer elevação salarial corresponde ao menos em uma elevação de igual montante nos preços no Departamento III. Dessa forma, o volume da produção na economia não se modifica, ocorre apenas uma redistribuição entre os Departamentos. O valor dos departamentos eleva-se em igual montante ao dos salários, não alterando a distribuição de renda nacional.

Uma economia que está em fase de ascensão, isto é, aproximando-se do pleno emprego, os sindicatos passam a ter maior poder de obter uma “espetacular elevação salarial (...) de modo a ocorrer uma redistribuição da renda dos lucros para os salários” (Kalecki, 1971. p. 98). Isso ocorre porque, por mais que as firmas possam elevar os preços em decorrência do aumento salarial¹⁸, isto não pode ocorrer indefinidamente, uma vez que com o maior poder de barganha dos sindicatos forçará novamente a um aumento de salários, que poderá aumentar ainda mais os preços. O autor destaca o problema dessa situação:

“Mas uma indústria seguramente não gostará desse processo que torna seus produtos cada vez mais caros e, portanto, menos competitivos com os outros produtos de outras indústrias. Em resumo, o poder dos sindicatos restringe as adições”. (Kalecki, 1971. p. 98)

Kalecki (1971.) ainda avalia qual será a consequência dessa redistribuição de renda na economia na produção. Para o autor, uma vez que o capitalismo convive sempre com algum grau de monopólio, este sistema possui capacidades ociosas. Assim, o aumento do consumo dos trabalhadores, fará com que aumente o investimento dos capitalistas do departamento III. Dessa forma o autor conclui:

“Segue-se, do que foi dito acima, que um aumento salarial, refletindo um aumento do poder sindical, leva – contrariamente aos preceitos da Economia clássica – a um acréscimo do emprego. E, inversamente, uma queda dos salários, refletindo uma queda no poder sindical, leva a um declínio do emprego. A fraqueza dos sindicatos numa depressão econômica,

¹⁶ Luta de Classes e Distribuição de Renda.

¹⁷ A assimetria da pressão ocorre quando a economia se encontra longe do pleno emprego, uma vez que o elevado número de desempregados diminui o poder de barganha dos sindicatos.

¹⁸ Kalecki denomina esse processo de adições (Kalecki, 1977[1971]).

representada pela permissão de cortes de salário, contribui mais para ampliar o desemprego do que para suaviza-lo.” (Kalecki, 1971, p. 99)

Esta teoria é compatível com outra obra do autor já utilizada nesta seção, *Os Três Caminhos do Pleno Emprego* (1944). Nesse texto, Kalecki utilizou como argumento o fato da propensão a consumir do pobre ser superior a do rico, elevando a propensão média a consumir da economia. Há ainda a ressalva feita anteriormente da utilização de um imposto de renda modificado de forma que a distribuição de renda não afete o investimento e o consumo dos capitalistas.

O déficit público, como dito anteriormente, ao elevar o investimento da economia tem como consequência diminuir a capacidade ociosa da economia, e assim, aproximando-a do pleno emprego. Kalecki (1944) acrescenta que a questão não é resolvida plenamente se a tributação é caracterizada como regressiva. Nesse caso, os juros do financiamento para o déficit, que geralmente são pagos para os ricos, serão financiados com uma tributação sobre os pobres. Assim, é essencial para a redução da desigualdade que os impostos recaiam sobre as rendas mais elevadas.

I.5 - Considerações adicionais

Kalecki (2011[1943]) buscou mostrar as dificuldades práticas para alcançar o pleno emprego, seja via déficit público ou por redistribuição de renda. Ele nega com base apenas nos conhecimentos destacados anteriormente, que o governo consiga manter o pleno emprego na economia. Ao discorrer sobre como ocorria esta dificuldade o autor afirma:

“Entre os opositores a essa doutrina se encontravam (e ainda se encontram) proeminentes autoproclamados ‘especialistas econômicos’ estritamente conectados com os bancos e a indústria. Isso sugere que há um fundo político na oposição a doutrina do pleno emprego, a pesar de que os argumentos utilizados sejam econômicos. Isso não quer dizer que quem os utiliza não creem em sua economia, por mais pobres que tais argumentos sejam. Contudo, a ignorância obstinada é geralmente uma manifestação de motivos subjacentes.

Entretanto, há indicações mais diretas de que uma questão política de primeira classe se encontra em jogo aqui. Na grande depressão dos anos trinta as grandes empresas se opuseram sistematicamente aos experimentos que buscavam aumentar o emprego mediante o gasto governamental em todos os países, excetuando a Alemanha Nazista. Isto se observou claramente nos Estados Unidos (oposição ao New Deal), na França (experimento de Blum) e também na Alemanha antes de Hitler. Não é fácil a explicação desta atitude. É claro que o aumento do produto e do emprego não beneficia somente aos trabalhadores, mas também aos empresários, porque seus rendimentos aumentam. E a política de pleno emprego, antes descrita, não reduz os rendimentos porque não implica nenhuma tributação adicional. Na

depressão os empresários desejam um auge, porque não aceitam de bom grado um auge ‘artificial’ que o governo pode lhes oferecer?” (Kalecki, 2011[1943], p. 216)¹⁹

Uma das razões apresentadas pelo autor é baseada no que ocorrerá com a massa de trabalhadores com na hipótese de manutenção do pleno emprego. O desemprego deixaria de atuar como medida disciplinar, causando mudanças sociais e políticas. Kalecki complementa a sua afirmação anterior:

“(...) a autoconfiança e a consciência de classe dos trabalhadores aumentaria. (...) é certo que os rendimentos seriam maiores dentro de um regime de pleno emprego que com o *laissez faire*. (...) Mas os dirigentes empresariais apreciam mais a ‘disciplina nas fabricas’ e a estabilidade política que os benefícios. Seu instinto de classe o diz que o pleno emprego duradouro é pouco conveniente deste ponto de vista e que o desemprego é forma integral do sistema capitalista ‘normal’.” (Kalecki, 2011[1943],p. 218)²⁰

Nessa questão Kalecki marcou a diferença entre o socialismo e o fascismo, ainda que o último tenha muitas características de uma economia planificada. No segundo, por mais que se obtenha uma política de pleno emprego através de déficits públicos, o mesmo não causa distúrbios sociais. A estabilidade política “vai desde a supressão de sindicatos até o campo de concentração” (Kalecki, 2011[1943],218)²¹.

O autor destaca que se antes os empresários eram contrários a qualquer tipo de intervenção estatal na economia, hoje isso é considerado passado. Essa mudança ocorreu pela experiência do pleno emprego durante a guerra, assim como pelo crescimento da sua doutrina tanto entre os economistas como entre os trabalhadores, estes últimos com o lema ‘nunca mais desemprego’. Contudo, a opção defendida pelos empresários é o terceiro caminho que Kalecki abordou em 1944.

Este caminho, contudo, é falso. O autor defende que essa opção, de manter o pleno emprego no longo prazo, não é viável. Se o nível de investimento privado é elevado de tal forma que a demanda criada faça com que o pleno emprego seja alcançado, seja por reduções na taxa de juros ou no imposto de renda, o aumento subsequente da capacidade terá como resultado um contínuo aumento da capacidade ociosa. Esse aumento, como observado no ciclo, reduzirá a taxa de lucro deprimindo em seguida o investimento privado. Assim, será preciso “fornecer um novo estímulo ao investimento. (...) Mas após certo tempo o problema reaparecerá. (...) Chegamos assim à conclusão de que para atingir ao pleno emprego através

¹⁹ Tradução livre feita pelo autor.

²⁰ Tradução livre feita pelo autor.

²¹ Tradução livre feita pelo autor.

do investimento privado, pode ser necessário (...), estimulá-lo de forma cumulativa”.
(Kalecki, 1944)

CAPITULO II – A ABORDAGEM DE JOHN MAYNARD KEYNES

II.1 - O Modelo Keynesiano

Jonh Maynard Keynes desenvolve o seu modelo no livro *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*(1996[1936]). Inicialmente o autor apresenta uma breve explicação do que ele denomina por economia clássica que são “Ricardo e James Mill e seus *predecessores*, (...) os seguidores de Ricardo, ou seja, os que adotaram e aperfeiçoaram a sua teoria, compreendendo (por exemplo) J. S. Mill, Marshall e o Prof. Pigou” (Keynes, 1996[1936], p. 43). Os postulados da economia clássica baseiam-se na Lei de Say, em que a “oferta cria a sua própria procura; isto significa (...) que o total de custos de produção deve ser gasto por completo, direta ou indiretamente, na compra do produto”(Keynes, 1996[1936], p. 56).

Este postulado influencia diretamente no nível de emprego da economia. O empresário, ao ter certeza de que o que produzir será vendido, será incentivado a produzir o máximo, dado os seus custos. O custo do emprego é o salário, enquanto que o seu ganho é a produtividade do trabalhador. Entendendo que essa produtividade é decrescente e o salário é fixo, o empresário contratará mão de obra e, portanto aumentará a sua produção, até o momento em que a produtividade do último trabalhador contratado se iguale ao salário. Portanto, o nível de emprego na economia é determinado por sua produtividade, e o trabalhador que não estiver empregado será por não aceitar receber o salário dado. Dessa forma, se conclui que o desemprego só existirá se for voluntário²².

Keynes, contudo, não concorda com o postulado da Lei de Say. Para o autor, esta lei se aplica a uma economia de escambos, ou seja, com inexistência de moeda. Portanto, sua teoria tem o objetivo buscar entender como funciona uma economia monetária, uma vez que a produção econômica até então ignorava este fator.

Ao não considerar esse postulado, a determinação do emprego da economia passa a depender do nível de receita esperado pelas vendas da produção. Se a demanda agregada esperada for superior à oferta agregada, os empresários contratarão mais mão de obra para ampliar a produção, elevando o nível de emprego da economia. Caso a demanda agregada esperada seja inferior à oferta agregada, os empresários reduzirão a mão de obra, reduzindo o

²² O desemprego friccional é única possibilidade de desemprego aceita pela teoria clássica. Esta variante é resultado do tempo perdido na transição de um emprego para outro.

nível de emprego. No ponto de interseção das duas funções o lucro dos empresários será maximizado, e a demanda correspondente será denominada de demanda efetiva. A diferença central desta interpretação da teoria clássica é que uma vez que a oferta não cria a própria demanda, o ponto de equilíbrio não será um único valor, fazendo com que o volume de emprego seja indeterminado.

A teoria do emprego de Keynes pode ser entendida simplificada na seguinte passagem:

“Quando o emprego aumenta, aumenta, também, a renda real agregada. (...) (Q)uando a renda real agregada aumenta, o consumo agregado também aumenta, porém não tanto quanto a renda. (...) Dessa maneira, para justificar qualquer volume de emprego, deve existir um volume de investimento suficiente para absorver o excesso da produção total sobre o que a comunidade deseja consumir quando o emprego se acha em determinado nível. (...) Daqui se segue, portanto, que, dado o que chamaremos de propensão a consumir da comunidade, o nível de equilíbrio do emprego, isto é, o nível em que nada incita os empresários em conjunto a aumentar ou reduzir o emprego, dependerá do montante de investimento corrente. O montante de investimento corrente dependerá, por sua vez, do que chamaremos de incentivo para investir, o qual, como se verificará, depende da relação entre a escala da eficiência marginal do capital e o complexo das taxas de juros que incidem sobre os empréstimos de prazos e riscos diversos. (...) (H)averá apenas um nível de emprego compatível com o Equilíbrio (...). Este nível não pode ser *maior* que o pleno emprego, (...) Mas não há, em geral, razão para que ele seja *igual* ao pleno emprego. A demanda efetiva associada ao pleno emprego é um caso especial que só se verifica quando a propensão a consumir e o incentivo para investir se encontram associados entre si numa determinada forma (...). Mas ela só se verifica, por acidente ou desígnio” (Keynes, 1996[1936]. p. 62)

Assim, a função de demanda agregada efetiva da economia é a soma da propensão a consumir e do montante do investimento. Como é na intersecção entre a função de demanda agregada e a função de oferta agregada que se determina o emprego, pode-se concluir que o nível de emprego é determinado pela propensão a consumir e pelo montante do investimento. E pela oferta agregada, apenas secundariamente.

Como observado na citação, o investimento tem função fundamental na continuidade do processo de crescimento no nível de emprego. Quando a distancia entre a propensão a consumir e a demanda agregada de pleno emprego aumenta, é necessário que novos investimentos ocorram de modo a fazer com que os empresários continuem a ter demanda para os seus produtos, e assim, continuem a empregar. Se não existir demanda efetiva suficiente para compensar esta distancia, Keynes entende que ocorrerá o “paradoxo da pobreza em meio a abundancia”, isto é, o processo do aumento do emprego acaba antes de alcançar o seu estagio pleno (Keynes, 1996[1936] p. 64). Tal paradoxo é justamente o que na maioria dos casos evidencia a prova, uma vez que “o pleno emprego, ou mesmo o

aproximadamente pleno, é uma situação tão rara como efêmera” (Keynes, 1996[1936], p. 240).

Keynes ainda alerta que esta questão é, sobretudo preocupante em comunidades ricas. Para o autor, estas comunidades tem uma propensão a consumir inferior às demais, ampliando a lacuna entre a produção efetiva e a potencial. Além disso, uma vez que elas possuem um grande capital acumulado, as oportunidades de novos investimentos são reduzidas, dificultando o acesso à demanda efetiva de pleno emprego.

Na próxima seção serão apresentados os determinantes do investimento, contudo antes de entrar nesse ponto serão discutidos os determinantes da propensão a consumir. Esta varia devido ao aumento da renda, por circunstâncias objetivas e necessidades subjetivas.

Dentre as circunstâncias objetivas elencadas por Keynes pode-se destacar a variação na taxa intertemporal de desconto e variações na política fiscal. O primeiro se refere à troca de bens no presente e no futuro. Se há um risco de não viver o bastante para usufruir de bens no futuro ou de uma elevação na tributação, por exemplo, o indivíduo terá uma preferência pelo consumo presente elevando a propensão a consumir. Com relação à segunda, se pode perceber que uma política governamental de redistribuição de renda (com tributação progressiva em gastos com a população de menor renda) tende a elevar a propensão a consumir da sociedade, uma vez que os mais pobres consomem mais da sua renda que os mais ricos.

Keynes, ao tratar das necessidades subjetivas, utiliza os argumentos dos indivíduos para se abster do consumo. Dentre esses elenca: o objetivo de constituir uma reserva; a preparação para uma necessidade futura, como o nascimento de filhos; a expectativa de um benefício dos juros ou de uma valorização; legar uma herança; entre outros. Excluindo esses motivos, o indivíduo consumirá.

II.2 - O Investimento e os seus Determinantes

O capitalista, ao investir, busca o aumento do seu capital monetário, isto é, do lucro. Assim, ao investir, o empresário, espera que este lhe dê o direito de rendas futuras. Esta é a visão positiva do investimento a partir do ponto de vista do capitalista. Contudo, na tomada de decisões analisa também o preço de oferta do capital, que é aquele que induziria “um fabricante a produzir uma nova unidade suplementar desse capital, isto é, aquilo que, por vezes, se chama de custo de reposição” (Keynes, 1996[1936], p. 149).

A partir desses dois pontos Keynes define o conceito de eficiência marginal do capital:

A relação entre a renda esperada de um bem de capital e seu preço de oferta ou custo de reposição, isto é, a relação entre a renda esperada de uma unidade adicional daquele tipo de capital e seu custo de produção, dá-nos a *eficiência marginal do capital* desse tipo. Mais precisamente, defino a eficiência marginal do capital como sendo a taxa de desconto que tornaria o valor presente do fluxo de anuidades das rendas esperadas desse capital, durante toda a sua existência, exatamente igual ao seu preço de oferta. Isto nos dá as eficiências marginais dos diferentes tipos de bens de capital. A mais alta destas eficiências marginais pode, então, ser considerada a eficiência marginal do capital em geral. (Keynes, 1996[1936] p. 149)

Este é o primeiro fator abordado por Keynes como determinante do investimento. Contudo, ele possui causas próprias. Assim, é preciso analisar quais são os motores da eficiência marginal do capital. O autor acredita que são basicamente três esses motores: a quantidade do capital previamente empregado, as expectativas e a incerteza.

Quando o investimento em certo tipo de capital aumenta, ocorrem duas consequências. A primeira é que uma vez que a produtividade do capital é decrescente, a renda prospectiva esperada sobre este capital se reduzirá. A segunda ocorre sobre o preço de oferta. A pressão sobre as fabricas produtoras do capital acarretará um aumento dos custos e conseqüentemente de seu preço. Portanto, em ambos os efeitos a eficiência marginal do capital decairá.

Quanto ao segundo fator o autor entende que “(t)oda produção se destina, em última análise, a satisfazer o consumidor. (...) (O) empresário (...) tem de fazer as melhores previsões que lhe são possíveis sobre o que os consumidores estarão dispostos a pagar-lhe (...) e não lhe resta outra alternativa senão guiar-se por estas previsões.” Keynes, 1996[1936], p. 77) Assim, as decisões de investimento dependem do quão positivas são as expectativas.

Keynes, então, entende que as expectativas podem ser divididas em dois grupos: as de curto e de longo prazo. As primeiras são aquelas associadas ao preço que o fabricante espera obter no início do processo de produção diária, isto é, sem o aumento do investimento de capital e apenas com a utilização de “capital de giro”. As expectativas de longo prazo referem-se aos rendimentos esperados que o empresário acredita que ganhará no futuro com o aumento do seu capital, isto é, com o investimento em equipamentos.

Estes dois grupos possuem uma nítida interdependência. As expectativas de longo prazo do passado ao gerarem emprego, impactam as expectativas de curto prazo do presente. Por outro ângulo, as expectativas de curto prazo só afetarão efetivamente o nível de emprego, se estas forem capazes de modificar as de longo prazo. A decisão de um investimento cabe

ressaltar, depende da expectativa do custo do capital atual, enquanto que a venda é dos produtos “acabados” no futuro. O autor escreve:

“É evidente, pelo que foi dito acima, que o volume de emprego em um momento qualquer depende, em certo sentido, não apenas do estado atual das expectativas, mas também de todos os estados de expectativa que existiram no curso de certo período anterior.” (Keynes, 1996[1936], p. 80)

Ao incluir a expectativa de longo prazo no seu determinante da eficiência marginal do capital, e, por conseguinte, do investimento, o autor chega à conclusão que não é apenas a renda corrente que o modifica. A renda esperada do capital também influencia na determinação do investimento. Com a expectativa, portanto, de um aumento nos preços dos seus produtos “acabados”, o empresário teria um incentivo a ampliar o seu estoque de capital.

Há ainda que relacionar as expectativas com o que foi abordado na seção anterior. Keynes entende que “a demanda efetiva é simplesmente a renda agregada (ou produto) que os empresários esperam receber, (...) por meio do volume de emprego corrente que resolvem conceder” (Keynes, 1996[1936], p. 85). Assim, a demanda efetiva que é determinada pelo investimento, também determina o próprio investimento ao afetar as expectativas de recebimento das rendas futuras ou presentes.

O terceiro motor da eficiência marginal do capital poderia ser incluído no anterior. Contudo, devido à importância deste na obra keynesiana, este trabalho o entenderá como um fator adicional, ainda que tenha relações diretas com o anterior. No curto prazo as certezas são sempre maiores que no longo prazo. A chance de estourar uma guerra civil no Brasil é quase nula no próximo ano, mas não é possível afirmar isso pelos próximos cinquenta anos. Portanto, ao tratar de incerteza a questão principal é sobre o estado de expectativa no longo prazo.

O primeiro fator gerador de incerteza é a “extrema precariedade da base de conhecimento sobre a qual temos que fazer os nossos cálculos das rendas esperadas” (Keynes, 1996[1936], p. 161). Keynes ainda analisa o problema da especulação, que é “a atividade que consiste em prever a psicologia do mercado” (Keynes, 1996[1936], p. 167). Para o autor quando ocorre uma progressão nos mercados a especulação passa a aumentar.

As atividades do ser humano dependem muito do otimismo espontâneo e pouco da expectativa matemática. Assim, as flutuações cíclicas do capitalismo não podem ser previstas, tanto porque as nossas bases de conhecimento são precárias, impedindo que se possam

determinar as possibilidades apenas conhecendo os estados de natureza, como porque a natureza humana é complexa demais para simplificações. Assim, um clima político social negativo afeta a espontaneidade positiva das decisões humanas impedindo um aumento do investimento.

O segundo fator que determina o investimento é a taxa de juros. Keynes, ao diferenciar os dois fatores afirma:

Pode-se dizer que a curva da eficiência marginal do capital governa as condições em que se procuram fundos disponíveis para novos investimentos, enquanto a taxa de juros governa os termos em que esses fundos são corretamente oferecidos. (Keynes, 1996[1936], p. 173).

Ainda que não seja o objetivo deste trabalho abordar como o autor analisa exatamente a forma pela qual a taxa de juros é determinada, antes de mostrar sua influencia sobre o investimento, se deve apresentar em linhas gerais a teoria keynesiana da taxa de juros.

A teoria clássica entende que a determinação da taxa de juros ocorre a partir das curvas de investimento e poupança. No ponto de interseção entre ambas as curvas, a taxa seria determinada. Contudo, Keynes entende que a taxa de juros é:

“A recompensa da renúncia à liquidez por um período determinado, pois a taxa de juros não é, em si, outra coisa senão o inverso da relação existente entre uma soma de dinheiro e o que se pode obter desistindo, por um período determinado, do poder de comando da moeda em troca de uma dívida.” (Keynes, 1996[1936], p. 174)

Dessa forma, a taxa de juros não é o preço de equilíbrio entre a decisão de investimento e o abster-se do consumo. É, em sua visão, a troca entre a posse de um ativo líquido e um ativo não líquido. Assim, é a preferência dos agentes pela liquidez que determina a taxa de juros de Keynes. Como esta questão é determinada não é objetivo deste trabalho.

Keynes entende que a taxa de juros é um limitador do investimento, isto é, tem efeito oposto ao da eficiência marginal do capital. Isto ocorre porque uma determinada taxa de juros indica que o agente prefere manter a sua liquidez a se arriscar e ao mesmo tempo abdicar dessa liquidez. Dessa forma, cada taxa de juros determinada indicará um nível específico de investimento. Ele afirma sobre a questão que “a taxa de investimento corrente tende a aumentar até o ponto em que não haja mais nenhuma classe de capital cuja eficiência marginal exceda a taxa de juros corrente” (Keynes, 1996[1936], P. 150).

O autor destaca o círculo vicioso em que se encontram alguns autores ao considerar a taxa de juros determinada a partir da eficiência marginal do capital. O fato de que ambos os

fatores sejam iguais em equilíbrio é consequência da falta de incentivos em aumentar ou diminuir o investimento. A eficiência marginal do capital indica, então, qual a tendência do fluxo de investimentos já considerado o valor da taxa de juros como dado.

Sobre o investimento ainda é importante abordar dois pontos: o multiplicador e a sua relação com a poupança.

Como apresentado anteriormente, a renda da economia é a soma do montante do investimento e da propensão a consumir. Dessa forma, a não ser que as necessidades subjetivas se alterem, uma ampliação no montante do investimento terá por consequência um efeito maior na renda e no emprego do que o próprio acréscimo do investimento. Isto ocorre porque o aumento na renda gerado pelo novo investimento aumentará a propensão a consumir ampliando assim, a renda²³. Este efeito é denominado pelo autor de multiplicador. Este efeito será maior tão mais próximo da unidade for a propensão *marginal* a consumir média da sociedade. Assim, “o multiplicador será influenciado pelo modo como se distribui a renda adicional resultante do aumento da demanda efetiva entre as diferentes classes de consumidores.” (Keynes, 1996[1936], p. 282)

Para se abordar sobre a relação entre investimento e poupança primeiro é preciso conceituar a segunda. Keynes entende que poupança é a renda não consumida, isto é, o excedente da renda sobre o consumo. Contudo, esta é a mesma conclusão apresentada anteriormente sobre o investimento, uma vez que a renda (da economia) é igual a este mais a propensão a consumir. Assim, o autor conclui que “embora o montante da poupança seja o resultado do comportamento coletivo dos consumidores individuais, e o montante do investimento resulte do comportamento coletivo dos empresários, estes dois montantes são, necessariamente, iguais”. (Keynes, 1996[1936], p. 91)

Contudo, ao contrário dos clássicos, Keynes acredita que é o investimento que determina a poupança. Sua conclusão é resultado de que as decisões autônomas são de investir e de consumir, e é a partir destas que a renda cria-se. Assim, como abordado anteriormente “o excedente da renda sobre o consumo, a que chamamos de poupança não pode diferir da adição de capital, a que chamamos de investimento. (...) A poupança não passa de um resíduo”.(Keynes, 1996[1936], p. 91)

²³ O efeito do aumento do investimento é geométrico. O aumento na renda puxado pelo investimento aumentará o consumo. Este aumentará a renda ainda mais, e assim passará a influenciar as expectativas positivamente. Dessa forma, os empresários terão incentivos de ampliar o investimento, renovando o ciclo virtuoso.

É por esta razão que Keynes discorda da política dos clássicos de elevar a taxa de juros para aumentar a poupança, tendo por consequência uma elevação do investimento e da renda. Ainda que um aumento da taxa de juros possa afetar a propensão a consumir devido à expectativa de uma renda maior no futuro, ocorrerá uma redução da poupança. Visto que a taxa de juros impacta negativamente o investimento, a queda da renda fará com que a poupança se reduza a ponto de também se igualar a este nível de investimento mais baixo.

II.3 - A Crise e o Déficit

Keynes acredita que “é uma das características do sistema econômico que vivemos (...) (ser) sujeito a severas flutuações no que concerne à produção e ao emprego”(Keynes, 1996[1936], p. 240). O autor entende que a crise no sistema capitalista ocorreria devido a um colapso da eficiência marginal do capital. Este aconteceria, porque, como foi visto anteriormente, por mais que as expectativas quanto à venda dos produtos “acabados” sejam otimistas, a incerteza faria com que as expectativas possam ter variações violentas.

Há ainda a possibilidade da própria expectativa se reverter sem a necessidade de incerteza. Isto ocorreria pelo aparecimento de dúvidas quanto ao rendimento esperado dos novos investimentos. Keynes ressalta que esse problema é agravado porque “uma vez surgida, a dúvida propaga-se rapidamente”(Keynes, 1996[1936], p.296).

A propensão marginal a consumir também seria afetada, principalmente em mercados mais desenvolvidos. Isso ocorre porque a queda na eficiência marginal do capital provoca uma baixa no mercado de títulos, gerando uma redução da riqueza das famílias e consequentemente o seu consumo. Keynes ao sintetizar essa questão afirma:

“Ora, esta baixa exerce uma influência depressiva sobre a classe de pessoas que acompanham de perto os seus investimentos na bolsa de valores, especialmente quando aplicam dinheiro emprestado. A disposição dessas pessoas para gastar talvez dependa mais das altas e baixas no valor de seus investimentos do que do estado do fluxo de seus rendimentos. Com um público de “mentalidade acionista” como o dos Estados Unidos de hoje, um mercado de títulos em alta pode ser condição quase essencial para uma propensão a consumir satisfatória; e esta circunstância, geralmente desconsiderada até há pouco, serve obviamente para agravar mais ainda o efeito depressivo de uma baixa na eficiência marginal do capital.” (Keynes, 1996[1936], p. 297)

Além disso, por conta da reversão nas expectativas positivas, a crise se aprofunda. A expectativa, que antes era positiva, transforma-se em negativa, desincentivando novos

investimentos. Juntamente a isso, a própria preferência pela liquidez²⁴ se eleva, uma vez que o risco associado à perda se torna maior. Assim, a taxa de juros também se elevaria desincentivando ainda mais o investimento.

Dessa forma, Keynes entende que “a curva de eficiência marginal do capital pode baixar tanto que dificilmente é possível corrigi-la de modo que assegure um fluxo de novos investimentos” (Keynes, 1996[1936], p. 298). Destarte, em condições de *laissez-faire*, isto é, de livre mercado, as flutuações no nível de emprego são praticamente inevitáveis, a menos que ocorram transformações radicais nos incentivos a investir. Entretanto, nessa situação não há nenhuma razão para que ocorra. “(É) a volta da confiança (...) que se afigura tão difícil de controlar numa economia de capitalismo individualista” (Keynes, 1996[1936], p. 296). O autor conclui, então, que não se pode deixar a iniciativa privada a função de regular o investimento da economia.

Keynes se propõe a entender e selecionar quais as variáveis o Estado poderia controlar ou dirigir para deliberadamente, solucionar os problemas apresentados. Ele afirma que o “Estado deverá exercer uma influencia orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas” (Keynes, 1996[1936], p. 345).

A solução keynesiana, contudo, se concentra no que o autor denominou de “socialização dos investimentos”. Essa ideia apresenta a visão de Keynes de que seria necessário para assegurar o pleno emprego da economia um aumento do investimento diretamente pelo Estado. Por mais que o autor não negue que a organização estatal possa utilizar outras medidas para cooperar com a iniciativa privada, sua ação direta é essencial. Apenas com a ação Estatal, os empresários teriam a confiança que seus produtos seriam vendidos revertendo, assim, as expectativas negativas.

Keynes ressalva que a sua conclusão sobre a ação estatal não implica em socializar a vida econômica, por mais que o termo indique isso. Seu objetivo é apenas que o estado possa regular a propensão a consumir e o incentivo a produzir. O autor afirma que “é o volume e não a direção do emprego efetivo o responsável pelo colapso do sistema atual” (Keynes, 1996[1936], p. 346).

²⁴ Keynes ressalta no texto que “(a) preferência pela liquidez (...) só começa a aumentar *após* o desmoronamento da eficiência marginal do capital”. (Keynes, 1996[1936]p. 295)

Dessa forma, afirma:

“Por isso, enquanto a ampliação das funções do governo, que supõe a tarefa de ajustar a propensão a consumir com o incentivo para investir, poderia parecer a um publicista do século XIX ou a um financista americano contemporâneo uma terrível transgressão do individualismo, eu a defendo, ao contrário, como o único meio exequível de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como condição de um bem-sucedido exercício da iniciativa individual.” (Keynes, 1996[1936], p. 347)

E ainda:

“Encontrando-se o Estado em situação de poder calcular a eficiência marginal dos bens de capital a longo prazo e com base nos interesses gerais da comunidade, espero vê-lo assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos, ainda mais considerando-se que, provavelmente, as flutuações na estimativa do mercado da eficiência marginal dos diversos tipos de capital” (Keynes, 1996[1936], p. 171)

A forma de realizar esses gastos é pouco explorada pelo autor na obra de 1936. Keynes, ao contrário de todos os outros pontos levantados anteriormente apenas utiliza o conceito de dívida fiscal como meio de socializar os investimentos. O autor afirma que “os gastos inúteis²⁵ provenientes de empréstimos podem enriquecer a comunidade” (Keynes, 1996[1936], p. 144). Acerca desses empréstimos, ele refina:

“É muitas vezes conveniente usar a expressão “despesas com empréstimos” para designar tanto o investimento público financiado por empréstimos de indivíduos, como qualquer outro gasto público corrente coberto pelo mesmo meio. Estritamente falando, este último deveria ser considerado uma poupança negativa, mas a política oficial nesta matéria não obedece a motivos psicológicos análogos aos que governam a poupança privada. A expressão “despesas com empréstimos” é, por isso, conveniente para designar o produto líquido dos empréstimos contraídos pelas autoridades públicas, seja em conta de capital ou em conta para cobrir um déficit orçamentário. A primeira dessas formas de despesas de empréstimos atua no sentido de aumentar o investimento e a segunda, de elevar a propensão a consumir.” (Keynes, 1996[1936], p. 144)

Em uma carta para Sir Richard Hopkins, em 1942, Keynes desenvolve a forma que os gastos seriam realizados pelo Estado. Para o autor, o orçamento deveria ser dividido em dois: o orçamento ordinário e o de capital. O primeiro teria como objetivo ser utilizado nas funções ordinárias da administração pública, e não poderia criar pressões inflacionárias em tempos de prosperidade. O segundo seria necessário para realizar os gastos com o objetivo de assegurar o pleno emprego da economia. Dessa forma, “o orçamento ordinário deve estar sempre equilibrado (...) (e) o orçamento de capital deve flutuar de acordo com a demanda”(Keynes, CWJMK, 27, p. 225). Portanto, conclui-se que Keynes acreditava na necessidade do déficit

²⁵ O autor conceitua inútil porque ele utiliza como exemplos a construções de pirâmides ou as guerras. Mas nesse caso, como o investimento estatal aumenta, ele tem um efeito de expandir a demanda agregada, portanto são gastos apenas parcialmente inúteis.

público, apenas quando a economia não estivesse na situação de pleno emprego. Caso contrário, a recomendação keynesiana era de orçamento equilibrado.

II.4 – Desigualdade

Keynes introduz a sua ideia sobre desigualdade econômica afirmando que “(o)s principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas” (Keynes, 1996[1936], p. 341). Ainda que os impostos sobre a renda e a herança tenham se elevado desde o fim do século XIX na Grã-Bretanha, por exemplo, e isso tenha realizado um “considerável progresso na diminuição das grandes desigualdades e riqueza e de renda” (Keynes, 1996[1936], p. 341), este processo constantemente enfrenta barreiras.

Dentre essas barreiras destaca-se a crítica que há medidas mais eficientes em elevar a propensão a consumir do que redistribuir a renda. Keynes entende que tal crítica decorre da incapacidade de compreender como o Estado utilizaria esses impostos. Se estes forem utilizados, em valor equivalente, pelo Estado em suas despesas comuns, a política fiscal decorrente destes será bastante eficiente, uma vez que em elevará a propensão a consumir.

Há ainda a questão da taxa de juros na abordagem keynesiana de desigualdade. Como foi dito anteriormente, a política monetária do governo deve ser conduzida de forma que a taxa de juros seja reduzida ao nível em que sua relação com a eficiência marginal do capital leve a um montante de investimento compatível ao pleno emprego. Contudo, a taxa de juros é a remuneração do rentista, que aumenta o seu capital sem produzir nada. Assim, visto que a redução da taxa de juros é necessária para o pleno emprego, e que a eficiência marginal do capital se reduz a cada acumulo do mesmo, a tentativa de alcançar o pleno emprego, portanto, resulta em taxas de juros cada vez menores. Dessa forma, a aproximação do pleno emprego, levaria a tendência da eutanásia do rentista e do seu poder acumulativo a partir do nada.

Keynes então entende que:

“Na prática, portanto, o nosso objetivo deveria ser conseguir (e isto nada tem de irrealizável) um aumento no volume de capital até que ele deixe de ser escasso, de modo que o investidor sem função deixe de receber qualquer benefício, e depois criar um sistema de tributação direta que permita a inteligência, a determinação, a habilidade executiva do financista, do empresário *et hoc genus omne* (certamente tão orgulhosos de suas funções que poderia obter-se o seu trabalho muito mais barato que agora) a dedicar-se ativamente à comunidade em condições razoáveis de remuneração.” (Keynes, 1996[1936], . p. 344)

O autor, porém, destaca as dificuldades que o Estado teria no processo de reduzir a taxa de juros. Para Keynes, a dificuldade em modificar a mesma advém da pressão que os possuidores de riqueza exercem, uma vez que a taxa de juros abaixo de um mínimo é considerado inaceitável para eles.

II.5 - Considerações Adicionais

O déficit público estritamente de Keynes na Teoria Geral não foi muito desenvolvido, como abordado no início da seção anterior. O autor da abordagem keynesiana que tratou sobre o assunto foi Abba Lerner. Dessa forma, nesta seção será abordada a teoria das finanças funcionais desse autor. Entretanto, convém apresentar as considerações do próprio Keynes à teoria.

O dilema de Keynes quanto as finanças funcionais é abordado no artigo “*Was Keynes a Keynesiano or a Lernerian?*”(Colander, 1984)”. No pequeno texto dois pontos são tratados: o quanto a teoria de Abba Lerner se encaixaria no Keynesianismo, e as reações de Keynes a teoria.

Quanto ao primeiro ponto, o texto apresenta a reflexão de Woytinsky (1952). Esta indicaria que Keynes se encaixaria como Alá e Lerner o seu profeta. Ele quer dizer que enquanto o primeiro faz uma abordagem teórica, o segundo tenta trazer à realidade as soluções da teoria. Dessa forma, a política do déficit público que hoje é denominada de keynesiana poderia ser chamada de lerneriana, assim como, os islâmicos já foram chamados de maometanos.

O segundo ponto mostra uma transformação no pensamento de Keynes em relação à Lerner. A sua primeira impressão, ainda em 1943, indica uma crítica à teoria das finanças funcionais. A partir de 1944 as cartas do autor mostram elogios a Lerner. Outro artigo que trata essa questão é o de Aspromourgos(2014). Neste texto, em que as conclusões são parecidas com as de Colander, o autor apresenta que a maior crítica é a de que a ideia de Lerner é boa teoricamente, mas teria pouca possibilidade de ser aplicada. Keynes teria dito que a arte do *statemanship* é mentir, mas com mentiras plausíveis.

A teoria das finanças funcionais foi apresentada por Abba Lerner no seu artigo de 1943, *Finanças Funcionais e o Déficit Público*. Para o autor, a responsabilidade do governo é manter a economia em pleno emprego com a maior estabilidade de preços possível. Assim,

sua teoria é que o déficit público não deve ser avaliado pelo seu tamanho ou como foi obtido, mas pelos resultados gerados.

Há ainda outras questões abordadas pelo autor sobre essa teoria. Os impostos não deveriam ter como objetivo o financiamento do déficit. Taxação deve ser aplicada apenas quando for desejável que os pagadores de impostos tenham menos dinheiro como, por exemplo, para combater a inflação. O pagamento ou pedido de empréstimo por parte do governo junto ao público deve ser feito apenas quando for desejável que este tenha mais ou menos dinheiro, como por exemplo, para reduzir a taxa de juros.

Por fim, Lerner apresenta quatro equívocos que as pessoas têm em relação ao déficit público. O primeiro é que as taxas reduziriam a compra dos títulos públicos, uma vez que estas reduziriam o lucro. Contudo, como o autor assinala, se o dinheiro estiver parado receberá as mesmas taxas e, portanto terá seu valor reduzido. Assim, o agente preferirá qualquer investimento a se abster de investir. O segundo é que déficits em tempos de depressão gerariam grandes danos. Entretanto, deve-se lembrar que os gastos do governo elevam a renda real do produto nacional em muitas vezes o montante gasto, via efeito multiplicador, assim a única inconveniência seria a distribuição de renda da economia devido ao processo de transferência do dinheiro dos contribuintes para os donos de títulos. O terceiro é que as taxas de juros cresceriam com o aumento da dívida, visto que as pessoas teriam medo de um possível calote ou da inflação. Todavia, o pagamento da dívida pode ser feito com a emissão de novas dívidas ou com a impressão de dinheiro. A inflação estaria controlada com a possibilidade do aumento dos impostos.

Por fim, o quarto equívoco é de que o governo precisaria aumentar a dívida continuamente a fim de manter a economia em pleno emprego. Não obstante, o Estado pode imprimir dinheiro; a política de déficits constantes vai manter as expectativas positivas, e assim, o investimento privado permanecerá aquecido, tornando menos necessários outros déficits; o montante dos impostos irá se ampliar com o crescimento da renda, ainda que as alíquotas não se modifiquem; o aumento da dívida ao aumentar a riqueza dos indivíduos, e por mais que sua propensão marginal a consumir seja reduzida, irá elevar a propensão a consumir da economia reduzindo a necessidade do déficit; e finalmente o Estado pode taxar os ricos ao invés de pedir mais empréstimos para eles.

CAPÍTULO III – A ABORDAGEM DE PIERO SRAFFA

III.1 - O modelo sraffiano

Sraffa não possui nenhum artigo específico que trate da relação entre as variáveis macroeconômicas. Contudo, alguns de seus seguidores partiram das suas bases teóricas ‘micro’ e construíram análises acerca da demanda efetiva. Serrano (1996) destaca que três dos grandes pensadores sraffianos (P. Garegnani, B. Schefold e K. Bharadwaj) entendem a teoria de Sraffa como uma continuação da abordagem clássica do excedente. E por causa disso, possui uma teoria baseada em uma distribuição de lucros e salários exogenamente determinada²⁶, influenciada por fatores institucionais e sociopolíticos, além de um processo de competição baseada na livre mobilidade do capital. Além disso, assim como os clássicos²⁷, não existe escassez de mão de obra. Para abordar a teoria sraffiana será utilizado o modelo do supermultiplicador sraffiano desenvolvido por Franklin Serrano na sua tese de doutorado em 1996.

Franklin entende que há duas relações estruturais ao seu modelo. A primeira, que será abordado neste capítulo, é que existe uma relação recíproca entre os gastos, a geração de renda e as decisões de produzir. O modelo desenvolvido pelo autor apresenta uma geração do produto em um regime liderado pela demanda, portanto, crítico da Lei de Say. A segunda, que será discutida na próxima seção, indica o duplo caráter do investimento. Esta terá por consequência fazer com que a demanda agregada que determine o nível de capacidade instalada

A demanda agregada é determinada através de três componentes: o consumo induzido, o investimento induzido e os gastos autônomos. O primeiro é endogenamente determinado através da renda da economia, sendo esta determinação baseada na propensão marginal média

²⁶ Para mais detalhes, ver parágrafo 44 em (Sraffa, 1997[1960], p. 53)

²⁷ Para mais detalhes, ver (Medeiros e Serrano, 2004, p. 246)

a consumir. Assim, como o consumo, o investimento é endogenamente determinado através de um acelerador, sendo a propensão a investir o determinante do quanto da renda será investida. Por fim, os gastos autônomos possuem independência frente à renda da economia. Serrano explica o que seriam esses gastos autônomos:

“Gastos autônomos são todos os gastos que não são financiados por rendas contratuais (ordenados e salários) geradas nos processos de tomada de decisão nem são capazes de afetar o nível de capacidade instalada da economia. (...) Os tipos de gastos considerados autônomos de acordo com esse critério são: o consumo dos capitalistas; o consumo de luxo do trabalhadores ricos que acumularam fortunas ou tem acesso a crédito; construção residencial; (...) gastos do governo e exportação”. (Serrano, 1996, p. 16)²⁸

A inclusão de um componente de demanda agregada autônomo acarreta consequências para a poupança da economia. Na ausência deste, ela será determinada apenas pela propensão a poupar. Contudo, caso o gasto autônomo possua valores positivos, o nível de poupança da economia terá uma relação endógena da proporção entre investimento e consumo autônomo. O crescimento do primeiro significa uma ampliação da poupança.

Deve-se ressaltar a função que a soma das duas propensões (a de investir e a de consumir²⁹), denominada de propensão a gastar possui na economia. Um acréscimo na renda tem por consequência uma ampliação tanto no consumo como no investimento. Este, por sua vez, aumenta ainda mais a renda. Como afeta os dois fatores determinantes da renda agregada, e não apenas um deles, em vez de ser chamado de multiplicador, este efeito é denominado de supermultiplicador. Cabe ressaltar que a propensão marginal a gastar não pode ser superior a uma unidade, uma vez que se assim fosse, a demanda cresceria exponencialmente causando instabilidade na economia.

Visto que tanto o investimento e como o consumo são induzidos pela renda, é necessário que o consumo autônomo tenha valores positivos. Caso contrário, ambos seriam nulos, o que é incoerente, pois uma economia de mercado com demanda nula é irreal. Além disso, como o modelo pressupõe que a propensão marginal a gastar deve ser menor que um, é necessária a existência de componente de gasto autônomo capaz de adequar a um modelo em que o “nível de decisão de produção das firmas deve ser igual à demanda efetiva³⁰” (Serrano, 1996, p. 23)

²⁸ Tradução livre feita pelo autor.

²⁹ A propensão marginal a consumir será necessariamente menor que a unidade, uma vez que em uma economia capitalista seria pouco razoável supor que a proporção de salários e ordenados na economia fosse total.

³⁰ Tradução livre feita pelo autor.

Assim, um aumento no gasto autônomo teria por consequência um aumento maior na renda da economia. Isso ocorre porque o aumento automático da renda devido a esse gasto autônomo suplementar induzirá um acréscimo tanto do investimento induzido como do consumo induzido. Este aumento mais que proporcional é o que foi denominado de super multiplicador, diferenciando do multiplicador Keynesiano que apenas considerava os efeitos sobre o consumo induzido.

Franklin introduz um crescimento exógeno do consumo autônomo. É este fator que acarreta no crescimento da economia.

“Desde que a propensão marginal a consumir e a investir sejam exógenas, o supermultiplicador será constante. Assim, *ceteris paribus*, a produção agregada, o consumo induzido e o investimento crescerão a mesma taxa do consumo autônomo. O estoque de capital também tenderá a crescer a mesma taxa, desde que esta tenha o ritmo expansão baseado no crescimento do investimento³¹” (FREITAS E SERRANO, 2015, p. 5).

III.2 - Investimento e o nível de utilização de capacidade

Serrano, ao desenvolver o investimento na sua teoria, entende que é necessário diferenciar o duplo caráter do investimento. “Por um lado, o investimento é um componente da demanda agregada e por outro, é responsável pela criação de capacidade instalada da economia³²” (Serrano, 1996, p. 6). Esta segunda função será de fundamental importância.

O autor entende que o nível de utilização de capacidade *normal* é um objetivo dos empresários. Ao contrário do que alguns críticos enfatizam, isso não quer dizer que os capitalistas tenham que possuir uma hiper-racionalidade. É através do processo de concorrência entre os empresários que o nível normal será alcançado. Além disso, este nível não poderá ser de plena capacidade, uma vez que os empresários preferem ter uma reserva de capacidade. Isso ocorre porque torna possível aumentar a produção e não perder a demanda no caso de um crescimento repentino. Serrano escreve:

“Com efeito, por varias razões, a capacidade instalada não pode ser ajustada imediatamente de acordo com as exigências da produção e da demanda, muitas vezes o ajuste envolve períodos longos de tempo. Assim, desde que os capitalistas não queiram perder sua parcela no mercado por não serem capazes de suportar picos no nível de demanda, eles geralmente operam com margens planejadas de reposição na capacidade instalada.³³” (Serrano, 1996, p. 6)

Além disso, há de se ressaltar que a hipótese abordada de que “nós apenas podemos afirmar a existência de uma *tendência* da atual taxa de utilização de capacidade para a

³¹ Tradução livre feita pelo autor.

³² Tradução livre feita pelo autor.

³³ Tradução livre feita pelo autor.

convergência ao nível normal(ou de equilíbrio)³⁴” (Serrano, 1996, p. 23). Assim, não há nenhuma afirmação que o nível atual seja igual ao normal; é esperado que exista alguma divergência entre eles.

Diferentemente de outros modelos de crescimento, que propõem que a utilização da capacidade instalada será máxima e outros que não mostram uma estabilidade nesta, Serrano consegue propor uma solução para a questão. Para isso, é importante que o acelerador descrito na seção anterior varie de acordo com o a distancia em relação ao nível de capacidade utilizada. Assim, o acelerador será *flexível* e endogenamente determinado pelo modelo.

Serrano exemplifica utilizando o caso em que a taxa de crescimento do consumo autônomo se reduz permanentemente. Como apresentado anteriormente, o mesmo ocorrerá com a taxa de crescimento do produto. Assim, o nível de capacidade utilizada ficará inferior àquela que é o objetivo dos empresários. Contudo, devido a sub-utilização da capacidade e a hipótese de tendência a um nível normal de utilização da capacidade, o acelerador do investimento deverá se reduzir. Isso terá duas consequências opostas: uma queda ainda maior da demanda agregada devido ao primeiro caráter do investimento, reduzindo ainda mais o grau de utilização de capacidade; e uma redução da taxa de crescimento do estoque de capital e da capacidade produtiva.

Uma vez que o modelo pressupõe a existência de gastos autônomos invariáveis a renda da economia, a taxa de crescimento da demanda agregada, ainda que menor, será superior ao crescimento do investimento e da capacidade instalada. Ainda que esta redução do crescimento do estoque de capital tenha ocorrido, “o grau de utilização começará a se elevar novamente”. (Freitas e Serrano, 2013, p. 12)

O autor completa:

“O processo descrito acima continuará ocorrendo enquanto o grau de utilização estiver abaixo do seu nível normal e só termina quando a taxa de investimento induzido tiver sido reduzida o suficiente para o nível que permita que, ao grau de utilização normal, a taxa de crescimento do estoque de capital se adapte a taxa de crescimento mais baixa dos gastos autônomos.” (Freitas e Serrano, 2013, p. 12)

O crescimento econômico que o autor pretende com o seu modelo é baseado exatamente na situação oposta apresentada. O aumento da taxa de crescimento do consumo autônomo levaria a um aumento do grau de utilização de capacidade. Por causa da

³⁴ Tradução livre feita pelo autor.

endogeneidade do acelerador, este tende a se elevar. Assim, o investimento se amplia, o que aumenta a capacidade instalada da economia. O crescimento da demanda agregada será menor que do investimento, fazendo com que no final o grau de utilização da capacidade novamente tenda ao normal, contudo agora com um crescimento da capacidade superior a anterior.

Dessa forma, “o crescimento da acumulação de capital também depende do crescimento da taxa de consumo autônomo³⁵”(Freitas e Serrano, 2015, p. 11). Assim, com essa apresentação demonstra-se que o modelo do supermultiplicador conclui que é a demanda agregada que determina a produção agregada.

O autor ressalta a importância da possível divergência entre a taxa de crescimento do investimento (e portanto do acelerador) e da demanda agregada. Esses componentes só serão iguais na situação de equilíbrio, em que o grau de utilização ‘atual’ é igual ao normal. Contudo, é o estímulo (ou desestímulo) da divergência entre os graus que capacita o acelerador a se modificar, fazendo com que a capacidade produtiva se eleve. Isso gera um processo liderado pela demanda sem que ocorra uma desestabilidade no grau de utilização de capacidade.

III.3 - O déficit público

A importância do déficit público para o crescimento econômico pode ser analisado através do desenvolvimento do argumento de Haavelmo, feito por Serrano (2010) . Os pressupostos utilizados por Serrano (1996) em seu modelo do supermultiplicador são os mesmos, a exceção de que o investimento é autônomo. Além disso, como o governo é introduzido no fato estilizado, o gasto público é o terceiro componente da demanda agregada. Assim, esta é determinada pela soma do consumo, investimento e gasto público. Após a apresentação da conclusão de Haavelmo, a hipótese sobre o investimento será modificada para ser compatível com o que foi apresentado anteriormente.

Serrano (2010) ao apresentar as conclusões de Haavelmo, primeiro constrói por hipótese que o gasto do governo é autônomo e que as contas do governo estão sempre em equilíbrio. Dessa forma, qualquer aumento dos gastos deve ser compensado em uma ampliação de igual montante dos impostos. O autor apresenta o que chama de “primeiro resultado de Haavelmo”. Um aumento no gasto público tem um efeito multiplicador igual a uma unidade independentemente da propensão marginal a consumir.

³⁵ Tradução livre do autor

A explicação para este efeito é simples. O gasto público como componente da demanda agregada, ao ser ampliado também a aumenta. Se os impostos não se elevassem em igual montante, a renda disponível também se elevaria. Isso, entretanto, não ocorre, e a renda disponível do setor privado permanece constante. Uma vez que o consumo não se altera, o investimento independe da renda e o gasto público se elevou, a demanda agregada se elevou no montante da variação do gasto.

Serrano, em seguida, aprofunda o argumento de Haavelmo, e introduz o caso em que existe desequilíbrio nas contas do governo. Uma vez que a renda disponível do setor privado é a renda total menos os impostos, este desequilíbrio teria por consequência uma variação igual ao valor nesta renda. Caso as contas públicas estivessem em superávit primário, a renda disponível se reduziria, ocorrendo o contrário em caso de déficit.

Serrano (2010) conclui que, ocorrendo desequilíbrio nas contas públicas, dois dos agregados macroeconômicos sofreriam variações: o consumo induzido e o gasto do governo. No caso de um aumento dos impostos superior ao do gasto público, a mudança no consumo induzido devido a uma queda na renda disponível impactaria negativamente a renda, enquanto que o aumento do gasto do governo a impactaria positivamente. Dessa forma, o impacto total será positivo “se o volume do gasto público for grande em relação ao aumento do superávit e/ou a propensão a consumir for baixa”(Serrano, 2010 p. 3), fazendo com que os agregados caminhassem em direções opostas. Caso a situação fosse inversa, isto é com um déficit público, tanto a variação no consumo induzido como nos gastos públicos caminhariam na mesma direção, isto é, elevando a renda da economia.

Antes de seguir para o segundo resultado de Haavelmo, é importante modificar a hipótese sobre o investimento, tornando-o induzido, a fim de fazê-lo compatível com as duas seções anteriores. Neste caso, a consequência seria a mesma apresentada anteriormente, apenas impulsionando o resultado, uma vez que se estaria sob o modelo do supermultiplicador. Se o efeito total do superávit primário fosse negativo, a queda da renda reduziria o investimento, ampliando a diminuição no produto. Caso o efeito total do superávit primário fosse positivo, o aumento da renda ampliaria o investimento elevando o produto. Se as contas do governo estivessem em situação de déficit fiscal, o aumento do produto derivado dos dois fatores (renda disponível e gastos do governo), ampliariam o investimento, aumentando ainda mais a renda.

O segundo resultado de Haavelmo é consequência da mudança da hipótese sobre os impostos e os gastos do governo. Nesta situação ambos seriam induzidos, variando de acordo com a renda da economia.

No caso em que as contas do governo estão equilibradas um aumento da carga tributária eleva o nível da demanda efetiva. Serrano desenvolve:

“Este efeito vem do fato de que o governo sob esta regra fiscal tem um impacto direto positivo sobre a propensão marginal a gastar da economia igual a t e a taxa líquida reduz a propensão marginal a gastar da economia em apenas $c(1-t)$, o que significa que o impacto do governo sobre a propensão a gastar da economia é igual a $t(1-c) > 0$, mesmo mantendo a regra do orçamento equilibrado.” (Serrano, 2010, p. 6)

O governo tem que gastar exatamente aquilo que ele arrecada, pois a economia está em uma situação que as contas públicas estão equilibradas. Assim, a transferência de renda entre o governo e o setor privado terá um impacto positivo dependendo de qual setor a propensão a gastar é maior. “No caso de Haavelmo os gastos do governo são induzidos e o governo tem uma propensão marginal a gastar igual a um e maior do que a do setor privado e por isso um aumento da carga tributária aumenta o produto” (Serrano, 2010, p. 7). Cabe lembrar que, por construção do modelo, a propensão a gastar do setor privado é menor que um e os salários não correspondem ao total da economia. Dessa forma, o multiplicador dos gastos do governo será maior que um .

Quando o governo trabalha com o regime de metas de superávit primário, a propensão marginal a gastar do governo deve ser menor que a carga tributária da economia. Nesta situação, não há nenhuma garantia que a propensão a gastar do governo será superior a do setor privado. Dessa forma, **“qualquer aumento da carga tributária líquida aumenta o multiplicador e o produto e qualquer aumento da meta do superávit primário tem um efeito contracionista e reduz o multiplicador e o produto”** (Serrano, 2010, p. 9). Na situação em que as contas do governo estão em déficit, o efeito é o contrário, uma vez que a propensão a gastar do governo será necessariamente maior que a do setor privado, fazendo com que tanto o aumento da carga tributária líquida como da “meta do déficit primário” tenham um efeito expansionista, aumentando o multiplicador. Considerando que o investimento é induzido, as consequências são semelhantes ao do primeiro resultado de Haavelmo. No caso em que há superávit primário, o investimento se reduz, ampliando a queda na economia. Quando há déficit primário, o investimento se amplia, gerando um supermultiplicador para a economia.

III.4 – Desigualdade

Como apresentado na primeira seção, Sraffa entende:

“A taxa de lucro, como uma razão, tem significado independente de qualquer preço e pode ser, portanto, ‘dada’ antes que os preços sejam fixados. É, assim, suscetível de ser determinada fora do sistema de produção, em particular pelo nível das taxas monetárias de juros. (...) (a) taxa de lucro será, portanto, tratada como variável independente.” (Sraffa, 1960, p. 53-54)

Dessa forma, o objetivo dessa seção, diferente das outras de desigualdade nessa monografia não será abordar a consequência que o déficit público acarreta nos níveis de desigualdade. O ponto central será apresentar as consequências que a redução de desigualdade gera na demanda agregada da economia.

Serrano(1996) entende que a propensão marginal a consumir é determinada através de dois fatores: a participação dos salários e ordenados na economia; e quantos desses os trabalhadores tendem a gastar. Assim, um aumento na participação dos salários e ordenados na renda total, a propensão marginal a consumir aumentará. Visto que o supermultiplicador é a soma da propensão marginal a consumir e da propensão marginal a investir, um aumento do primeiro dos fatores faz com que ele se eleve.

Dessa forma, considerando que o gasto autônomo não teve variações, apenas o nível do produto tende a se elevar com a redução da desigualdade. Isso ocorre porque o supermultiplicador que reagiu positivamente e a variação deste não altera a taxa de crescimento da economia. Assim, uma redução na desigualdade modifica o produto apenas no período seguinte a esta redução. O crescimento da economia, como apresentado anteriormente, depende de um aumento cada vez maior do gasto autônomo.

e) Considerações adicionais

De acordo com Hermann (2002), o valor do estoque da dívida não é o melhor indicador para avaliar a capacidade de solvência do governo, e sim a relação dívida/PIB. A partir dessa análise, nesta seção serão apresentadas as conclusões de Ciccone em seu artigo sobre os impactos do déficit pública nesta relação.

Ciccone inicialmente elabora um modelo estilizado com dois pressupostos. O déficit público não tem efeitos sobre o investimento nem sobre a propensão a consumir do setor

privado. Além disso, como um Sraffiano ele entende que a taxa de juros é exogenamente determinada.

A partir do desenvolvimento dos pressupostos apresentados o autor conclui que existe uma cota superior³⁶ dos valores da relação dívida/produto em que uma redução do gasto público determinaria sua diminuição. Enquanto esta relação for maior que este limite, a redução do gasto público não será capaz de diminuí-la em comparação à não redução do gasto. O valor deste limite mede a taxa poupada do ingresso disponível de produção do setor privado.

O autor procura entender sob quais condições uma política fiscal cada vez mais restritiva levaria a uma relação dívida/produto menor do que se não tivesse ocorrido essa mudança na política fiscal. Para entender essa questão antes é necessário compreender que o autor denomina um *umbral de reversion*. A importância deste umbral é como ele se comporta.

Quando o *umbral de reversion* é menor que a relação dívida/produto, uma política fiscal restritiva possui uma relação dívida/produto superior a quando não ocorre. Quando o umbral é superior, ocorre uma inversão, e a relação dívida/produto da política fiscal restritiva se reduz em relação a quando não ocorre. Assim, quando umbral é estritamente crescente³⁷, e com crescimento a taxas superiores, a relação dívida/produto, após um número suficiente de períodos, será menor que o umbral. Dessa forma, em algum momento a política restritiva levará a posição melhor do que se não estivesse ocorrido a política restritiva. O autor destaca que

“as reduções dos gastos previstos da política (restritiva) são tais que fazem aumentar o umbral de inversão mais rapidamente que a relação dívida/produto (não restritiva), então, depois de um certo período esta relação volta a estar embaixo do umbral. Correspondentemente, a relação dívida/produto (restritiva) resultante da política de restrições ao gasto se coloca acima da relação dívida/produto (não restritiva) enquanto que esta última é superior ao umbral de reversão, e se reduz para debaixo da relação dívida/produto (não restritiva) quando é menor que o umbral.”³⁸ (Ciccone, 2008, p. 14)

Do mesmo modo o autor busca entender como funciona o processo quando ocorre uma política fiscal expansionista. Contudo, nesta situação a possibilidade do umbral de reversão ter uma trajetória decrescente é maior³⁹, Dessa forma, supondo que a política

³⁶ Para mais detalhes, ver Ciccone (2008, p.9).

³⁷ A expectativa é que este seja o comportamento do umbral de reversão, visto que seria necessária uma redução muito forte nos gastos públicos e depois de um número suficiente de períodos para que o umbral passasse a ser decrescente.

³⁸ Tradução livre feita pelo autor.

³⁹ Isto ocorre porque a dimensão do aumento dos gastos públicos é a principio ilimitada(diferente das reduções).

expansionista seja agressiva a relação dívida/produto expansionista será **sempre** menor que a dívida/produto não expansionista. Se a política expansiva não for muito forte, o umbral será estritamente crescente, fazendo com que depois de um período a relação dívida/produto expansionista seja superior a não expansionista.

O autor então modifica a primeira das hipóteses apresentadas anteriormente: a natureza do investimento. Assim como o modelo do supermultiplicador sraffiano apresentado anteriormente, Ciccone entende que o investimento é induzido. Portanto, um aumento dos gastos do governo aumentará o produto ainda mais, uma vez que o supermultiplicador é superior ao simples multiplicador. Dessa forma, como o objetivo é entender a trajetória da relação dívida/produto, a ampliação dos gastos públicos terá um efeito ainda maior no denominador, reduzindo proporcionalmente a relação. Já no caso da redução dos gastos do governo, o denominador se reduzirá aumentando proporcionalmente o valor da relação.

Esta mudança afeta a relação entre as relações dívida/produto com política fiscal restritiva e política fiscal não restritiva. Na situação em que o umbral de reversão é estritamente crescente, este precisa de mais períodos para superar ambas as relações, portanto adia temporalmente o momento que a primeira se torna menor que a segunda. A mudança também possibilita que o umbral de reversão, mesmo em situação de restrição fiscal, passe a ter um comportamento decrescente. Neste caso, a meta de redução da dívida/produto “se torna inalcançável. (...) E frente a indefinição dos resultados de uma prolongada política fiscal restritiva, seria acompanhada da renúncia, não apenas temporária, de mais elevados níveis de ingresso e de ocupação.”⁴⁰ (Ciccone, 2008, p. 19)

A mudança também ocorreria entre as relações dívida/produto de uma política fiscal expansiva e de uma política fiscal não expansiva. Quando o umbral de reversão é não decrescente, o efeito do supermultiplicador o desloca para a direita, acarretando em uma necessidade de mais períodos para a relação dívida/produto de política não expansiva se torne inferior à expansiva. Já na situação em que o aumento dos gastos do governo e dos níveis de investimento são suficientes para o umbral de reversão tenha um comportamento de decrescimento tem por consequência uma relação da dívida/produto da política expansiva permanentemente inferior a não expansiva.

⁴⁰ Tradução livre feita pelo autor.

Assim, quanto maior é o acelerador do investimento, uma política fiscal fará com que a relação dívida/produto de políticas não expansionistas, sejam restritivas ou não, maiores tenham uma duração maior. Além disso, este impacto também acarreta não apenas em uma maior durabilidade, mas também é uma incapacidade de reduzir a esta relação. Assim, em um modelo do supermultiplicador sraffiano, o aumento do gasto público não apenas aumenta o estoque de capital, amplia o produto e o emprego da economia, mas também causa uma redução da relação dívida/produto.

Conclusão

Esse trabalho buscou apresentar três abordagens diferentes, que tem em comum, entre outros aspectos a negação da Lei de Say, e analisam a economia através do Princípio da Demanda Efetiva. Além disso, em todas essas abordagens a visão que o paradigma dominante aborda sobre o déficit público é criticada.

Em Kalecki (2011[1943]), é possível enxergar uma das possíveis razões do paradigma vigente ter uma maioria tão ampla na sociedade. Ao tratar da dificuldade da manutenção do pleno emprego, o autor destaca que os capitalistas preferem a “disciplina nas fabricas” aos benefícios do pleno emprego. Assim, é conveniente para estes que o déficit público não ocorra a fim de reduzir o desemprego. Cabe destacar que esses capitalistas possuem os recursos necessários para poder influenciar e pautar os temas que a sociedade questiona.

Keynes, nesse sentido, possui uma opinião muito mais positiva, pois acredita que “(é) certo que o mundo não tolerará por muito tempo o desemprego que, à parte curtos intervalos de excitação, é uma consequência – e na minha opinião uma consequência inevitável – do capitalismo individualista do nosso tempo”(Keynes, 1996[1936], p. 347). Visto que essa afirmação data de quase oitenta anos atrás, percebe-se que ela se encontrava equivocada, uma vez que ainda há, no mundo todo, uma grande tolerância a existência do desemprego.

A abordagem keynesiana, através de Abba Lerner, ainda coloca um ponto pouco considerado sobre a questão do Déficit. O paradigma vigente, através de seus valores, entende que as contas devem ser equilibradas e, portanto, qualquer desvio do mesmo é mau por si mesmo. Contudo, Abba Lerner acredita que o valor da dívida ou do déficit é irrelevante para a questão. Sua preocupação é se o déficit é eficiente ou não para o seu objetivo, isto é, se uma política fiscal expansionista causa um aumento do emprego na economia. Esta é quase sempre eficiente, uma vez que o investimento dos capitalistas depende que exista uma expectativa positiva quando a venda de seus produtos “acabados”. Em caso desta negativa, apenas o Estado é capaz de garantir a compra do que é produzido.

A abordagem sraffiana, através do Supermultiplicador, apresenta uma questão bem diversa daquilo que a ortodoxia considera como sagrado: o equilíbrio nas contas públicas. Este está claramente tipificado como um mal na Lei de Responsabilidade Fiscal. Como demonstrado através do argumento de Haavelmo (1945), o ideal é um orçamento desequilibrado, pois neste o crescimento econômico será maior. Além disso, como exposto por Ciccone (2012), a necessidade de recorrer a superávits primários para reduzir a dívida, como a mesma LRF obriga, pode provocar, na realidade um aumento da dívida. Isso ocorre porque a política fiscal restritiva tem efeitos piores na dinâmica da dívida do que a abominada política fiscal expansionista.

Há ainda que considerar as divergências sobre as abordagens apresentadas. Kalecki (2011[1943]) não acredita que o investimento privado seja uma solução para alcançar o pleno emprego. Para o autor apenas o investimento estatal e a melhor distribuição da renda levaria a uma melhor estabilidade macroeconômica. Keynes, por mais que deixe evidente a importância do déficit público para o fim do desemprego, através da socialização dos investimentos, é mais concedente com a importância do investimento privado. O déficit público é em última instância a condição para uma melhora (ou permanente) nas expectativas dos investidores privados, estes de fundamental importância para a dinâmica econômica.

O ponto em relação à desigualdade encontra uma aproximação entre Keynes e Kalecki, ainda que o segundo dê a ela uma importância muito mais central do que o primeiro. Para ambos, o déficit público promove uma maior igualdade social, ao reduzir o desemprego na economia e conseqüentemente dar mais poder de barganha aos sindicatos. Ainda que a abordagem sraffiana entenda que a distribuição entre lucros e salários seja exógena ao modelo, isso não significa que ela não possa ser manipulada. A redução da desigualdade,

portanto, ainda que não seja uma precondição para o pleno emprego, é positiva em si mesma. Isso faz com que frases como “é preciso fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo” não façam sentido do ponto de vista econômico, menos ainda dentro da abordagem *sraffiana*.

As conclusões apresentadas anteriormente demonstram a existência de outro paradigma, embora não seja o dominante. Kuhn afirma que quando “as escolas mais antigas começam a desaparecer (...) sempre existem alguns que se aferram a uma ou outra concepção mais antiga; são simplesmente excluídos da profissão e seus trabalhos ignorados” (Kuhn, 1987[1962], p. 39).

Além disso, o paradigma define quais os critérios para a escolha e solução dos problemas, sendo somente esses problemas que a comunidade científica admite que seus membros busquem resolver. Outros problemas são considerados ‘atrasados’, rejeitados ou parte de outra disciplina. Essa questão é extremamente importante, uma vez que “um paradigma pode até mesmo afastar uma comunidade daqueles problemas sociais relevantes (...), pois não podem ser enunciados nos termos compatíveis com os instrumentos e conceitos proporcionados pelo paradigma” (Kuhn, 1987[1962], p. 6).

Como exposto na introdução, esse trabalho não tem como objetivo mostrar a superioridade do paradigma apresentado frente ao vigente. Como visto em cada capítulo, as construções das abordagens tiveram que partir de pressupostos, não-empírico, que não necessariamente serão aceitos por todas as abordagens ou paradigmas. A questão que deve ser salientada é que os “paradigmas competidores praticam seus ofícios em mundos diferentes” (Kuhn, 1987[1962], p. 190). Assim, a superioridade de uma abordagem sobre a outra, então, não pode ser demonstrada com um debate puro de ideias.

Uma questão que frequentemente aparece é um viés positivista da história, isto é, o novo é sempre melhor que o velho. Baseado nessa ideia, as teorias apresentadas neste trabalho que são, em geral, baseadas em livros e textos de mais de sessenta anos, seriam logicamente consideradas erradas. É dessa percepção que o paradigma vigente entende história: o passado é errado e o presente o certo, possuindo então, uma visão linear da história. Contudo, “um balanço das revoluções científicas revela a existência tanto de perdas como de ganhos e os cientistas tendem a ser particularmente cegos para as primeiras”(Kuhn, 1987[1962], p. 209).

Thomas Kuhn indica que o progresso científico não é exatamente o que a maioria das pessoas acredita. É importante erradicar a impressão de que as mudanças nos paradigmas

fazem com que a ciência se aproxime da verdade. A ciência, portanto, não evolui em direção a algo universal. Assim, ele propõe uma substituição da ciência como uma “evolução-a-partir-do-que sabemos pela evolução-em-direção-ao-que-queremos-saber”(Kuhn, 1987[1962], p. 213).

Portando, o apresentado nessa monografia não pode ser visto como um atraso do sistema vigente apenas porque está historicamente no passado. A alternativa heterodoxa é uma opção real de substituição do paradigma vigente. Se os estudantes e os cientistas olharem o mundo assim como os heterodoxos o enxergam, verão que aquilo que foi apresentado nos manuais, não é necessariamente ciência.

O governo gastar mais do que arrecada pode ser, como Keynes, Kalecki e os sraffianos entendem, uma alternativa real para a solução do desemprego e da desigualdade (essa última apenas para os dois primeiros). Se aqueles que constroem o paradigma não quiserem se afastar dos problemas sociais que esses pensadores abordaram, o abandono do paradigma vigente é praticamente necessário.

Assim, enrijecimentos como a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Projeto de Resolução do Senado nº 84, podem ser considerados, sob uma mudança de paradigma profundamente equivocados. Dessa forma, deve-se relegar ao governante eleito pela população a escolha de qual paradigma ele quer utilizar. Seria muito curioso que o próprio paradigma dominante, que acredita na superioridade do novo, acabasse, por ele mesmo, com a possibilidade de uma “evolução na ciência”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASPROMOURGOS, A. Keynes, Lerner, and the question of public debt. *History of Political Economy*, 46(3), p. 409-43, 2014

CARVALHO, F. J. C. de ; Políticas Econômicas Para Economias Monetárias. *Macroeconomia Moderna. Keynes e a Economia Contemporânea*. 1ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999, v. , p. 258-283.

CICCONE, R. Deuda pública, demanda agregada, acumulación: un punto de vista alternativo, *Circus*, ano 1. 2008

COLANDER, D. Was Keynes a Keynesian or a Lernerian? . *Journal of Economics Literature*, Vol. 22, nº 4, p. 1572-1575, 1984

EINSTEIN, A. “Autobiographical Note” . In: *Albert Einstein: Philosopher Scientist*, ed. P. A. Schi* (Evanston, 111., 1949), p. 45.

FREITAS, F.; SERRANO, F. Growth, Distribution and Effective Demand: the supermultiplier growth model alternative. 2004 Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/pesquisa/textos_sem_peq/texto2409.pdf. Acesso em 12/2015

_____. O Super Multiplicador Sraffiano e o Papel da Demanda Efetiva nos Modelos de Crescimento. 2013. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/238762632_O_Supermultiplicador_Sraffiano_e_o_papel_da_Demanda_Efetiva_nos_Modelos_de_Crescimento. Acesso em 07/12/2015

HERMANN, J. ; A Macroeconomia da Dívida Pública: notas sobre o debate atual e a experiência brasileira recente (1999-2002). Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, v. 4, p. 41-70, 2002.

KALECKI, M. O Mecanismo da recuperação econômica. In: MIGLIOLI, J. (Org.). Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1977[1935]. p. 21-28

_____. Uma Teoria da Tributação da Mercadoria, da Renda e do Capital. In: MIGNOLI, J (Org.) Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1977[1937]. p. 63-70

_____. Aspectos políticos do pleno emprego. In; Revista de Economia Crítica nº 12, segundo semestre, 2011[1943]. p 214 - 222

_____. Os Três Caminhos Para o Pleno Emprego. 1944 Disponível em: <http://www.desenvolvimentistas.com.br/desempregozero/2008/03/tres-caminhos-para-o-pleno-emprego/>. Acesso em 07/12/2015

_____. Teoria da Dinâmica Econômica. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Economistas, 1977[1954].

_____. Luta de classes e distribuição da renda nacional. In: MIGLIOLI, J. (Org.). Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1977[1971]. p. 91-104

KEYNES, J. M. A Teoria Geral do Emprego, do Juros e da Moeda. São Paulo: Abril Cultural, 1996[1936] (Coleção Os Economistas)

_____. CWJMK, Activities 1940-1946 : shaping the post-war world : employment and commodities ;edited by Donald Moggridge. London : MacMillan ; New York : Cambridge University Press, c1980.

KUHN, T. S. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987[1962].

LERNER, A. "Functional and the Federal Debt", Soc. Res. Feb. 1943, 10, p. 38-51

MEDEIROS, C; SERRANO, F. Desenvolvimento Econômico e Abordagem Clássica do Excedente, Revista de Economia Política, v. 24, n. 2, p. 238-257. 2004

NASCIMENTO, E. R.; DEBUS, I. Lei complementar 101 de 2000: entendendo a lei de responsabilidade fiscal. Brasília, jul. 2001.

POPPER, K. Conjecturas e Refutações. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1972[1963]

SENADO FEDERAL. Parecer 796, 2015. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=19811&seqPaginaInicial=146&seqPaginaFinal=170>. 2015. Acesso em 12/2015.

SERRANO, F. The Sraffian Supermultiplier, Tese de Doutorado não publicada, Universidade de Cambridge, Cambridge, Inglaterra (mimeo). 1996

_____. Efeitos Multiplicadores de um Superávit Primário: um Teorema do Orçamento Desequilibrado. Mimeo. 2010

SRAFFA, P. Produção de mercadorias por meio de mercadorias. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1997[1960].

WOYTINSKY, W. S. "Lerner Economics of Employment: A Review," Ind. Lab. Relat. Rev, October, 1952, p. 110-117